



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 114

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em cumprimento ao disposto no art. 62, § 3º da Constituição, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às 21 horas e 30 minutos do dia 20 de setembro do ano em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado, conhecerem os vetos apostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei a seguir mencionados:

2º Nº 72-67 na Câmara e nº 62-67 no Senado, que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1970, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE ou SUDAM. (veto total.)

2º nº 4.866-B-62 na Câmara e nº 109-64 no Senado, que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e das outras providências. (veto parcial.)

3º nº 155-B-67 na Câmara e nº 72-67 no Senado, que acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1954, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966. (veto total.)

SESSÃO CONJUNTA

Em 19 de setembro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7-67 (CN), que institui a Duplicata Fiscal.

COMISSÃO MISTA

INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 7, DE 1967, QUE "INSTITUI A DUPLICATA FISCAL".

Reunido, realizado em 6 de setembro de 1967.

As 16 horas do dia 6 de setembro de 1967, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Deputado Paulo Marinho, presentes os Srs. Senadores Mem de Sá, Domicio Gondim, Duarte Filho, Carlos Lindemberg, Leandro Maciel, Wilson Gonçalves, Menezes Pimentel, Desiré Guarani, Argemiro de Figueiredo, Bezerra Neto e Aurélio Vianna e os Srs. Deputados Arnaldo Prieto, Amaral de Souza, Gabriel Hermes, Brito Velho, Arnaldo Vignola e Benedito Ferreira, reunidos a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida do estudo e pa-

recer ao Projeto de Lei nº 7, de 1967 (C. N.), que institui a duplicata fiscal.

Deixam de comparecer os Senhores Deputados Monteiro de Castro, Ademar Filho, Cleto Marques e Lurtz Sabiá.

E' lida e, sem restrições, aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente comunica a Comissão as substituições dos Srs. Senadores João Cleofas, Adolpho Franco, Flávio Brito, Renato Silva, Gouvêa Vieira e Clovis Maia e dos Srs. Deputados Aniz Badra, Feu Rosa e Wilson Braga, respectivamente, pelos Srs. Senadores Duarte Filho, Carlos Lindemberg, Leandro Maciel, Wilson Gonçalves, Menezes Pimentel e Aurélio Vianna e pelos Senhores Deputados Arnaldo Prieto, Brito Velho e Benedito Ferreira.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Mem

de Sá que emite parecer favorável ao Projeto e contrário as emendas nºs 1, 2, 3, 5, 6 e 8, respectivamente, ainda, subemendas às demais emendas.

Em discussão e votação a Comissão aprova o parecer do Sr. Relator quanto às emendas nºs 1, 2, 5, 6 e 8, rejeitando as subemendas oferecidas às emendas 4 e 7.

Com relação à emenda nº 3, o Senhor Senador Bezerra Neto propõe a seguinte subemenda, aprovada pela Comissão:

SUBEMENDA A EMENDA Nº 3

Substitua-se a emenda nº 3, pela seguinte subemenda:

Acrescente-se ao parágrafo 4º, a palavra "periódicamente", entre as palavras "fiado" e "em".

Finalmente, quanto a emenda nº 9, a Comissão rejeita a subemenda do Sr. Senador Mem de Sá e aprova a

do Sr. Senador Desiré Guarani que tem a seguinte redação:

SUBEMENDA A EMENDA Nº 9

Ao Art. 3º do Projeto, acrescente-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Deixará, entretanto, de promover-se o protesto previsto neste artigo, quando o banco ou sacador receber, em tempo hábil, declaração escrita do comprador afirmando não ter aceito as duplicatas mercantis correspondentes à transação, nos termos em que a legislação respectiva autoriza a recusa do aceite.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Oficial Legislativo da Secretaria do Senado Federal e Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 1967

Nomeia para cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso

Artigo único. São nomeados, de acordo com o artigo 85, alínea c, nº 2, do Regimento Interno, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10,

do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Fernando Estevam Dantas, Alfeu Magalhães Mendonça e Cândido Hippert, candidatos habilitados em concurso público.

Senado Federal, em 14 de setembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 131ª SESSÃO, EM 14 DE SETEMBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: GILBERTO MARINHO, EDMUNDO LEVI, GUIDO MONDIN E RAUL GIUBERTI.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos
Flavio Brito
Edmundo Levi
Desiré Guarani
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Pessoa de Queiroz
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Carlos Lindenberg
Raul Giuberti
Gouvêa Vieira
Marcello de Alencar
Gilberto Marinho
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Renato Silva
Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Prestação de Contas da cota do Imposto de Renda recebida das Prefeituras Municipais:

- Do Prefeito Municipal de Divinópolis, MG;
- Do Prefeito Municipal de Guaraná, MG;
- Do Prefeito Municipal de Heliópolis, MG;
- Do Prefeito Municipal de Pedrinópolis, MG;
- Do Prefeito Municipal de Soledade de Minas, MG;
- Do Prefeito Municipal de Três Corações, MG;
- Do Prefeito Municipal de Oliveira Fortes, MG.

O SR. PRESIDENTE:

(Raul Giuberti) — No expediente de ontem foi lido ofício do Governador do Estado de Alagoas convidando membros do Senado para as solenidades comemorativas do Sesqui-Centenário da emancipação política daquele Estado.

Para representarem o Senado nas solenidades designo os Senhores Senadores Arnon de Mello e Teotônio Vilella.

Esta Presidência deferiu, hoje, quanto aos itens 1 e 2, o seguinte Requerimento de Informação:

Nº 744-67 — De autoria do Sr. Senador Lino de Mattos ao Ministro da Agricultura.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nos oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

PARECER

Parecer nº 586, de 1967

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1967, nº 423-B-67, na Câmara, que dispõe sobre a mudança de denominação do Aeroporto de Uruguaiana para Aeroporto Rubem Berta.

Relator: Senador Antonio Carlos.

O objeto do presente projeto é a mudança do nome do atual Aeroporto de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, para Aeroporto Rubem Berta.

A proposição é de iniciativa do Poder Executivo e veio ao Congresso instruída com Exposição de Motivos do Ministro da Aeronáutica, o qual justificando a medida, diz:

Durante as homenagens prestadas pelas Cooperativas de Uruguaiana ao Embaixador João Batista Luzardo, foi, por este ilustre uruguiano, proposta a troca de denominação do aeroporto local, por ocasião da inauguração das novas instalações, para Rubem Berta.

A proposição recebeu integral apoio das classes produtoras locais, tendo sido aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Comunitário da cidade.

O digno falecido, pioneiro da aviação comercial brasileira, é realmente merecedor da homenagem que lhe presta o povo do Rio Grande do Sul. Estado cada vez mais e cresceu a pesquisa empresa regional que Rubem Berta tão dinamicamente e acertadamente dirigiu e desenvolveu, nivelando-a às melhores do mundo.

Como se vê, o projeto é justo e oportuno, e assim entendendo, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1967. — Carlos Lindenberg, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — Patrício Pereira. — Josephat Marinho. — Antônio Balbino.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu, hoje, quanto aos itens 1 e 2, o requerimento de informação ontem apresentado pelo Sr. Senador Lino de Mattos, dirigido ao Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 783, de 1967

Senhor Presidente,

Requiro, a Vossa Excelência, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, o seguinte pedido de informações:

1º Poderia o Ministério da Agricultura confirmar a existência, no âmbito de seus órgãos competentes, de estudos relativos à instalação de uma Faculdade de Agronomia no município de Marília, Estado de São Paulo?

2º Tratando-se de Faculdade de Agronomia, em que momento a referida instalação dependeria de audiência do Ministério da Educação e Cultura?

3º Quais as providências que as autoridades municipais de Marília poderiam antecipar no sentido de contribuir para o rápido atendimento da reivindicação?

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

REQUERIMENTO

Nº 701, de 1967

Senhor Presidente,

Requiro a Vossa Excelência, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, o seguinte pedido de informações:

1º Existem estudos no Ministério da Educação e Cultura visando à instalação de uma Faculdade de Agronomia em Marília?

2º No caso afirmativo, quais as providências que poderão ser tomadas pelas autoridades municipais de Marília para colaborar com o apressamento da referida instalação?

3º Ainda no caso positivo, em que espaço de tempo o Ministério da Educação e Cultura concluirá os estudos e iniciará as medidas práticas tendentes à referida instalação?

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, em seguida, despachados para Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

O primeiro é o Sr. Senador Edmundo Levy a quem concedo a palavra.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores: O favelamento do ano em curso o Governo da República expediu o Decreto-lei nº 281, pelo qual alterou disposições da Lei nº 2.173, de 1957, e regulou de maneira definitiva, a Zona Franca de Manaus.

Esse decreto-lei para ter sua plena vigência dependia de regulamentação que, conforme o disposto no nº 47, deveria ser baixada noventa dias após a publicação do diploma legal.

Entretanto, Sr. Presidente, Senhores Senadores, somente a 30 de agosto último o Poder Executivo promulgou aquele mandamento legal, três meses, portanto, depois de esgotado o prazo. Mas, inobstante o descumprimento do prazo estabelecido, que tantos transtornos causou ao funcionamento da Zona Franca, queremos louvar nesta oportunidade, o ato do Chefe do Executivo, que concretizou — de maneira definitiva, uma das justas aspirações do povo amazonense.

A Zona Franca de Manaus terá imediatamente, de mais cedo ou mais tarde, ser estendida a toda a área que chamamos de Amazônia Ocidental. É uma questão de sobrevivência das populações hinterlandinas

daquela área e de continuidade da presença do Brasil naquela vasta extensão.

Quando, há pouco mais de cem anos, Tavares Bastos lutava com desassombro pela liberdade de navegação do Rio Amazonas, escreveu, em uma das "Cartas do Solicitador", um trecho que merece reproduzido, dada a semelhança que encerra quanto à abertura do Amazonas à livre navegação e à abertura da Amazônia à livre comercialização.

Dizia Tavares Bastos:

"Um povo reduzido em número, raro em artistas, em atriutores, em operários, em construtores, em navegantes, habita as margens do Amazonas. Se esse povo se comunicasse diretamente com o europeu e com o norte-americano, é fora de dúvida que teria mais barato o pão, mais cômodo o parto, mais abundante o transporte, mais fácil a vida. Se ele, porém, continua a ser explorado por um comércio mesquinho, pela pequena navegação de cabotagem ou por uma companhia privilegiada, é evidente que dificilmente crescerá, se desenvolverá, adquirirá forças e acumulará capitais".

E adiante, nessa mesma "carta", interrogava:

"Não tem esse povo, portanto, o direito de exigir que o deixem viver livre, que não lhe sugrem o ar, não lhe confiscuem a luz?"

Sr. Presidente, Senhores Senadores, a Zona Franca de Manaus tem hoje, para as populações que habitam o Município de Manaus, o mesmo significado que, há cem anos, tinha a livre navegação no Amazonas para toda a planície. Mas não seria justo que apenas advogássemos os benefícios da Zona Franca para uma limitada área de dez mil quilômetros quadrados. A grande região amazônica está a margem desses benefícios e lá os clamores de todo o interior se dirigem aos poderes maiores, pedindo que se ouça o homem que trabalha nas matas, nos lagos, nos igarapés, nos castanhais, nos jataís, nos borvais e nos seringais.

Tenho em mãos cópia de um memorial dirigido pela Associação Comercial de Ceará ao Sr. Presidente da República, expondo, em linguagem contundente, precisa e quente a situação de calamidade em que se debatem as populações do interior de toda a Amazônia.

É preciso, Sr. Presidente, que o Chefe do Executivo nacional atente, de logo, para o drama que representa viver em completo abandono em qualquer parte do território da Amazônia sem um "inferno", como se diz, mas, com muito mais vigor, no interior amazônico. Não porque a literatura apressada procurei qualificar, mas porque as dificuldades são maiores. Ali, para se viver, é preciso que se seja realmente, tirando Euláides da Cunha, "fortemente um forte".

O clamor das populações hinterlandinas cresce ao meu Casa, a fim de que os poderes responsáveis pela coisa pública não se limitem a promessas, a promessas, a reuniões, senão que efetivamente, nada se tenha realizado, a não ser a instituição da Zona Franca de Manaus.

Sr. Presidente, sei muito difícil compreender, de início, as vantagens que a Zona Franca trouxe para a população da região amazônica; mas não está inquestionável uma iniciativa em que um grupo de trabalho exaltasse as verdadeiras condições de vida e trabalho no interior amazônico e determine ações gerais, ações práticas, ações úteis, indispensáveis ao labor do homem hinterlandino.

O Sr. Desiré Guarani — Permissão. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com muito prazer.

O Sr. Desiré Guarani — V. Exa., Senador Edmundo Levi, está focalizando um aspecto do problema da Zona Franca de Manaus que, mais cedo ou mais tarde, deve merecer uma solução por parte do Governo Federal. Acreditamos que venha a merecer, mesmo, porque o Ministro Albuquerque Lima, em recente pronunciamento, em Manaus, tratando desse problema, declarou, enfaticamente, que no máximo dentro de seis meses a experiência que se faz em Manaus tem de ser estendida ao interior do Estado V. Exa., referindo-se a um grupo de trabalho para estudar o problema acredito que esse grupo vá apenas repetir estudos que já estão concluídos, conforme consta do relatório elaborado pelo Dr. Saint-Clair que, como representante do Ministro João Gonçalves de Souza, percorreu a Amazônia Ocidental, desde Manaus até Iquitos. Fêz trabalho de levantamento dos municípios, trabalho consubstanciado no relatório publicado no *Diário do Congresso* de 19 de agosto, se não me engano, ilustrando um discurso que pronunciei sobre a Zona Franca de Manaus. Pelas conclusões desse relatório, são estabelecidas condições mínimas para atendimento da reivindicação da população amazônica, e dele consta, expressamente, a concessão desses benefícios, concedidos atualmente à Zona Franca, para toda a Amazônia Ocidental, incluindo o Estado do Acre, todo o Estado do Amazonas e os territórios limítrofes. O trabalho do Executivo, de que resultou o Decreto-lei nº 288, ao qual V. Exa. se referiu, apenas apresentou uma solução tímida — não quis aproveitar as conclusões integrais do relatório elaborado durante a administração João Gonçalves de Souza, que concluiu pela concessão desses benefícios para toda a Amazônia Ocidental.

O SR. EDMUNDO LEVI — V. Exa., nobre Senador Desiré Guarani, traz uma contribuição das mais valiosas e esclarecedoras. V. Exa. mesmo qualificou de tímida a solução adotada pelo Decreto-lei nº 288. Também assim entendo. Mas, embora considerando-a assim, não posso, sob pena de incorrer em injustiça, desconhecer que estamos numa experiência. A Zona Franca, limitando-se a Manaus, é uma iniciativa-piloto que se implanta para, talvez, conforme os resultados e alastrada na experiência, se descobrir para toda a extensão da Amazônia.

Sei quão difícil isso será, não só na sua execução, mas sobretudo pela oposição que encontramos por parte de certas correntes, que bem estavam enquadradas naquele trecho da carta do "Solitário" que li ao iniciar meu discurso.

Tenho a melhor impressão, o mais alto conceito, do eminente Ministro Alencar Albuquerque Lima, a cuja pasta está vinculada a Zona Franca de Manaus. S. Exa., conforme escutei, há poucos dias em expediente que lhe dirigi, não só me parece preocupado mas também um fascinado pela Amazônia. Acredito que está realmente empenhado em dar um status definitivo a toda a Amazônia como zona franca; creio que, na sua seriedade, já compreendeu o drama do homem amazônico e quão grandes são as solicitações que recebem os hinterlandinos amazônicos para comércio, para intercâmbio com os países limítrofes.

Por isso, eminente companheiro e Sr. Senadores, entendo seria de necessidade imediata o Governo da República, considerando os aspectos sociais e econômicos, organizasse desde logo um grupo de trabalho, para verificar as condições de vida do homem do interior amazônico, como também relacionar, quanto possível, lista dos

artigos indispensáveis à sua luta, ao seu labor. Não é possível pretender-se que o homem que vende seu produto mais barato seja obrigado a comprar mais caro aquilo de que necessita para produzir o que vende.

Assim, Srs. Senadores, incluem-se entre aqueles artigos indispensáveis ao trabalho do hinterlandino amazônico, o açúcar, o sal, o sabão, o querosene, pano para roupa, medicamentos, leite para alimentação das crianças e, até, o cimento para as construções definitivas nas sedes municipais e naqueles outros centros em que o homem pretende instalar-se de vez. Não estou, portanto, criticando de maneira destrutiva a ação do Governo; ao contrário, louvo-o, por ter tornado efetiva a zona franca.

O que pretendo, porém, é que inicie desde logo a ampliação da zona franca, pelo menos gradativa, a todo o interior amazônico.

Disse eu, há pouco, que recebera da Associação Comercial de Coari memorial que transmite não só o que ocorre naquele Município, mas, em verdade, todo o panorama social e econômico do interior da Amazônia Ocidental.

Esse expediente, que é longo, transmito-o à Taquígrafia para que o insira como parte integrante deste pronunciamento.

Louvo o Executivo porque, apesar de todos os óbices, de todos os combates, de todas as restrições, com a regulamentação da Zona Franca, tornou-a real. Ela não pode mais ser negada por aqueles que, hostis ao progresso de uma região que pretende viver sempre como brasileira, lutaram para que aquele diploma não fosse expedido.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como homem da Amazônia, mas, sobretudo, como homem do interior amazônico, peço ao Sr. Presidente da República que determine, através do Ministério competente, o exame do Decreto-lei nº 288, a fim de que a lista dos gêneros e artigos indispensáveis à sobrevivência no interior amazônico integre a dos artigos que, importados de qualquer procedência, gozam de isenções já asseguradas aos destinados ao consumo da população do Município de Manaus.

O Sr. Presidente da República acaba de expedir um decreto, através do qual institui um grupo de trabalho para a integração da Amazônia.

Ora, a integração, daquela área não poderá ser feita apenas por decretos, leis ou portarias. Nos aspectos sociais, econômicos e políticos visados pelo Poder Executivo, com a orientação dada por esse decreto, ela só poderia realizar-se pela efetiva ocupação humana. Enquanto a Amazônia for um deserto e a colheita das riquezas naturais não estimular o homem para um trabalho que dependa do seu labor inteligente, do seu engenho inventivo, enquanto assim for, a integração amazônica será apenas mais um tema de literatura.

O decreto assinado pelo Sr. Presidente da República, que visou constituir um grupo para estudo da forma de integração, bem poderia incluir em seus objetivos, desde logo, o estudo das condições de vida das populações, que até hoje têm resistido e sobrevivido em todo o hinterland.

Nesse decreto, encontro uma falha. Não é possível pensar-se em estudo sério sobre a Amazônia sem incluir-se a Secretaria de Estado a cuja jurisdição estão subordinados os assuntos que dizem respeito às relações entre o capital e o trabalho. No Grupo de Trabalho, instituído pelo Sr. Presidente da República, talvez por um lapso, não se incluiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social, que tem de estudar as condições de vida, de seguridade e de labor de todo o proletariado da Amazônia.

Dai, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque apelo para o Sr. Presidente

da República no sentido de que inclua nesse grupo de trabalho um representante da pasta ministerial a que estão subordinados os assuntos que se relacionam com o emprego, com o trabalho propriamente. E também apelo para S. Exa. que o modifique introduzindo entre as suas finalidades, já que esse grupo será controlado pelo Ministério do Interior, o estudo a que me reportei de início, ou seja, dos artigos, gêneros e utilidades indispensáveis à continuidade do trabalho no interior da Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, retorço, nesta oportunidade, o meu pronunciamento de que aqui compareço para louvar o Executivo, que soube vencer os óbices, as dificuldades e objeções criadas contra a Zona Franca de Manaus e vem de expedir o diploma que estava faltando para que ela se concretizasse.

Apelo ao Sr. Presidente da República para que saia dessa timidez, dessa solução tímida a que se refere o nobre Senador Desiré Guarani e desde logo planeje a extensão dos benefícios da Zona Franca ao interior da Amazônia partindo, para evitar surpresas e aproveitar o empenhamento da máquina que começa a movimentar-se, de uma relação de gêneros, de artigos indispensáveis ao homem do interior.

Estou certo, Sr. Presidente, de que o Chefe do Executivo, lendo o memorial da Associação Comercial de Coari, não deixará de ser tocado pelas verdades nele expostas, uma de cujas trechos não posso deixar de transmitir a este Plenário.

Diz a Associação Comercial de Coari, em seu memorial, que está assinado por várias autoridades e pessoas gradadas, entre os quais dois bispos, o de Coari e o de Tefé. Interesses na sorte dos seus rebanhos:

"Este é o motivo que nos leva a clamar à sua consciência de pai de família..."

Vejam os Senhores Senadores que o povo de Coari apela, para o Presidente da República, invocando em S. Exa. até a sua unidade de pai de família, vindo não uma espécie do Pai Grande, pai de toda a família brasileira.

"Este é o motivo que nos leva a clamar à sua consciência de pai de família: ajude-nos Senhor Presidente; faça com que os benefícios da Zona Franca de Manaus nos atinja a todos na Amazônia Ocidental, para que possamos sair do cativeiro econômico em que nos encontramos e possamos sobreviver."

Assim, Sr. Presidente, encerrando estas palavras, quero remeter à apreciação dos meus nobres pares aquele trecho, que li, de Tavares Bastos de quase inteira atualidade sobre o problema da Zona Franca de Manaus, como foi atual à época da luta pela abertura do Amazonas à navegação mundial. (Muito bem! Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENHOR SENADOR EDMUNDO LEVI EM SEU DISCURSO:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE COARI, MUNICÍPIO DE COARI, ESTADO DO AMAZONAS

Of. nº 137/67 — NAC

Memorial

Coari, (AM.) 5 de agosto de 1967. Excelentíssimo Senhor Presidente, A integração da Amazônia Ocidental, a de faixa de fronteira, de há muito deixou de ser apenas um problema de desenvolvimento, para se tornar um problema, e dos mais sérios, de segurança nacional. Entendemos que a nossa soberania somente poderá ser mantida, ou ao menos conservada, nesta condição de subdesenvolvimento em que vivemos, se o nosso ho-

mem interlandino for atingido com os benefícios e os favores das leis, para sua interação social e a sua consequente valorização. — Há quem diga, Senhor Presidente, que o verdadeiro produtor amazônico, isto é, o herói anônimo que extrai a Borracha, a Castanha do Brasil, a Juta, e todos os demais produtos de exportação, geradores de riqueza, não vive na POBREZA, mas na mais absoluta MISÉRIA. — Infelizmente é a verdade que somos obrigados a confirmar e vos transmitir, para vosso conhecimento.

Mais ainda, agora, Excelência, o problema vida a se agravar, se não forem corrigidas certas distorções, e imediatamente, no sentido de conservar a nossa soberania, manter a nossa estrutura geo-econômica, e integrar o HOMEM no seu meio; isto por causa da ZONA FRANCA DE MANAUS, que somente abrange a Capital do Estado.

É por isso que em boa hora, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE COARI, apoiada pelos reverendíssimos Bispos Prelados de Coari e de Tefé, e ainda pelas Classes Empresariais de Município de Tefé, se levanta e brada bem alto o seu clamor, apelando a Vossa Excelência, para que, também, o INTERIOR do Estado do Amazonas, o Estado do Acre, os Territórios Federais de Rondônia e Roraima, ou seja, toda a AMAZÔNIA OCIDENTAL, (descrita no Decreto-lei, 281, de 23 de fevereiro de 1967), venha a ser atingida pelos benefícios fiscais e desenvolvimentistas da Zona Franca de Manaus.

Nós não somos contra a ZONA FRANCA, do contrário, somos favoráveis à sua EXPERIÊNCIA, sendo a área mais ampla, produza maiores resultados.

Porque não se justifica, Senhor Presidente, que somente uma área, restrita de 10 mil quilômetros quadrados, receba incentivos fiscais e desenvolvimentistas, quando quem realmente precisa é exatamente a área; bem maior, que fica do lado de fora dessa delimitação, ou seja, aquela que representa o verdadeiro interior, e onde a densificação demográfica é bem menor. — Por que isso, Marechal, a Capital, que representa a Zona Franca, porque lá há maior concentração demográfica, e por isso há maior concorrência competitiva no preço das utilidades, vive em melhores condições. — Como se isso não bastasse como argumento, ainda queremos lembrar a Vossa Excelência, que pelo simples fato de ser Capital, já goza de melhores benefícios, ou seja pelos motivos acima citados, quer seja porque lá estão as autoridades principais do Estado. Mais ainda do que as habitações isoladas do sítio, do castanheiro, do juticador, do sorveiro, etc., que vivem à mercê apenas do tempo, protegidos única e exclusivamente por Deus.

("Desenvolvimento é o novo nome da PAZ" — Paulo VI — Papa.)

Agora estarreça Vossa Excelência, — apesar de vivermos nestas condições, ninguém viu nossa situação, ao elaborar a Lei de Zona Franca de Manaus. — Sim, Senhor Presidente, porque as mercadorias a nós destinadas, embora que importadas ou recebidas pela Zona Franca, se oneram de todos os tributos, segundo a Lei, fixante a área de 10 mil quilômetros, Manaus e seus arredores, têm direito às isenções fiscais. Ao sair de lá, todas as mercadorias, embora se destinem ao miserável interior, recebem o ônus do ICM, do IPI, do correto, de desembarco, do frete fluvial, das perdas e derrames, e ainda pelo custo do dinheiro bancário. É por isso que um quilo de açúcar está chegando aos seringueiros por R\$ 1,00. Entretanto um quilo de Borracha é vendido apenas pela mesma importância e um

quilo de Juta por menos ainda. Não é desigual, Senhor Presidente? É por isso que vos informamos que o verdadeiro produtor amazônico, é quem mais caro paga para viver e o que mais barato vende o fruto do seu labor. — O Castanheiro, o Seringueiro, o Juticultor, não tem nenhum estímulo à sua produção, a não ser a necessidade de sobrevivência.

Este é o motivo que nos leva a clamar a sua consciência de pai de família: "ajude-nos Senhor Presidente; faça com que os benefícios da Zona Franca de Manaus nos atinja a todos na Amazônia Ocidental, para que possamos sair do cativeiro econômico em que nos encontramos e possamos sobreviver."

Em Manaus, as utilidades, com os benefícios isenacionais da Zona Franca, os preços são bem menores, embora que os produtos agrícolas-extrativos, sejam quase o mesmo preço. Já no interior, nas pequenas povoações, nos seringais, muito se fala em ir trabalhar na Zona Franca, onde se pode comprar uma lata de leite estrangeiro para seus filhos. Os habitantes das beiradas dos Rios, Lagos e Igarapés, já estão começando a abandonar as suas plantações, seus trabalhos, para demandarem rumo à Zona Franca, onde as utilidades são mais baratas. Nós que lutamos pela soberania de nossas riquezas latentes, já estamos com medo de um esvaziamento maciço dos seringais, dos castanhais, e de boa parte do interior, por causa da Zona Franca. Ora, Senhor Marechal, o nosso índice demográfico já é o menor do mundo. Imagine os benefícios dos preços baixos da Zona Franca atraindo a pouca gente que habita o interior. O interior da Amazônia Ocidental, ficará a região mais deserta do mundo. Ai é onde vamos periclitar a nossa soberania econômica e a nossa segurança física. Ninguém se iluda, Senhor Presidente, com as consequências que isto nos trará. Chamamos a atenção de Vossa Excelência e de Vossos Ministros, para este fato, pois é um fato concreto.

Queremos lembrar a Vossa Excelência, Presidente COSTA E SILVA, às Forças Armadas, aos Vossos Ministros e Assessores, que como consequências das más previsíveis, imaginamos os informados com esta situação se tornando perigosos e, mais ainda, aqueles que não tiveram condições de sobrevivência na Capital. Tememos que aqui, se repitam fatos agora muito em moda nas Repúblicas nossas vizinhas, que muito poderão nos afetar. Estes fatos, são as guerrilhas, são as agitações, oriundas do inconformismo ortodoxo por lá, mas que por aqui, (Deus nos livre), será um inconformismo fundado na necessidade de sobrevivência.

Deus permita que tenhamos forças para dominar essa situação urgentemente, e que poderá ser feito, com um simples parágrafo em qualquer dos artigos do Decreto-lei nº 288 de 23 de fevereiro de 1967, isto é, a Lei de Zona Franca de Manaus. Este parágrafo, poderia ESTENDER A TODA A AMAZÔNIA OCIDENTAL OS BENEFÍCIOS FISCAIS E INSTITUCIONAIS DA ZONA FRANCA DE MANAUS.

Para concluir, lembramos ainda a Vossa Excelência que, também está periclitando a autoridade fiscal fazendária, em virtude da área de Zona Franca ser tão restrita e a maior a outra área a fiscalizar. Consideramos impraticável o controle de ingresso de mercadorias estrangeiras, o mais ainda a evasão de produtos nativos, não somente pelas distâncias extraordinárias de uma localidade para outra, mas pelo número enorme de vias navegáveis, naturalmente existentes. O resultado da experiência, nos parece ser a demoralização total da fiscalização, ou seja pelo apelo que se fará ao espírito de humanidade de cada um, quer seja pela corrupção que grassará com cer-

teza em virtude de precedente da Zona Franca.

E, Senhor Presidente, só há ao nosso ver, um meio de se coibir isto, é estender a Zona Franca de Manaus, a toda a Amazônia Ocidental, ou, porque não dizer, as áreas fronteiras do nosso País, na região norte. ("Populorum Progressio" — grito de alerta contra a miséria)

É o interior do Amazonas que vos pede mandar estudar a situação urgentemente porque nós, poucos como somos, habitamos e lutamos para dominar a área imensa que, se não formos ajudados, sucumbiremos antes que possamos ocupá-la, dominá-la e desenvolvê-la. E outras Nações que têm problema de espaço, poderão fazê-lo com vantagem. Ai o nosso receio!

Para nós, a experiência da Zona Franca de Manaus, em área tão restrita, será raneta. Quando não seja para o interior do Amazonas, e será para todo o Brasil. Assim, esperando que Vossa Excelência, solicitará aos Excelentíssimos Ministros de Estado, minucioso estudo sobre o assunto, vamos dormir o nosso sono intranquilo, até que recebemos a resposta ao nosso clamor, que é o grito do nosso temor, é a palavra do nosso estômago, é o suspiro dos nossos sentidos já exaustos.

Com todo o respeito. Saudamos a Vossa Excelência. — Raimundo de Freitas Dantas, Presidente; Lino da Silva, Secretário; Dom Mário Anglim, Bispo Prelado de Coari AM.; Dom Joaquim Lange, Bispo Prelado de Tefé (AM.); Jorge Rezala, Representante das Classes Empresariais do Município de Tefé; Ernani Gurgel de Lima, Assessor-Técnico.

(Nosso futuro nas Vossas mãos, nosso amor nos vossos corações.)

O SR. PRESIDENTE:

(Giberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Desiré Guarani, por cessão do nobre Senador Josephat Marinho.

O SR. DESIRÉ GUARANI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa apreciação da política econômico-financeira do governo, tentaremos demonstrar que é profundamente injusta e sem justificativa nas próprias medidas de benemerência fiscal, dos Ministros da Fazenda, baixadas em favor da pequena classe dos maiores milionários deste País, a negativa a concessão de aumento salarial ou de simples natalina aos 700.000 assalariados da administração federal, tanto funcionários civis, quanto militares. Tentaremos, ainda, com base nas mesmas medidas de benemerência tributária em favor das grandes indústrias, em geral de propriedade ou dirigidas por estrangeiros, demonstrar o quanto tem sido anulado o trabalho dos homens públicos do Norte e Nordeste, em busca de incentivos fiscais para a SUDAM e a SUDENE, pois enquanto esse tem sido obtido à custa de muita luta parlamentar, por leis, decretos-leis e até reforma constitucional (Emenda nº 18 à Constituição de 46), as maiores indústrias do País, todas no Sul e especialmente no Rio e São Paulo, têm ultimamente obtido, em apenas alguns meses e por simples portarias ministeriais, sem nenhum debate público, favores fazendários, benemerências tributárias e incentivos fiscais superiores a tudo aquilo que o Nordeste e o Norte conseguiram somente durante anos seguidos e em doses controladas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero referir-me ao Decreto-lei número 15, de 29 de julho de 1966, baixado sem audiência do Congresso sob a alegação de segurança nacional.

Este decreto-lei, no artigo 6º, diz o seguinte:

"As empresas que, comprovadamente, concederem aos seus empregados..." no período de 1-8-66 a 31-8-67, aumentos sala-

riais sem qualquer efeito de majoração nos preços das mercadorias e serviços por elas produzidos, terão a faculdade de pagar o imposto de consumo, no mesmo período, com a redução de 20% (vinte por cento), excluídos dessa redução os produtos classificados sob as alíneas V e VII (fumo e bebidas) na vigente legislação do imposto de consumo".

Este decreto-lei, de profunda repercussão na economia nacional e de repercussão muito mais profunda ainda no orçamento federal, foi regulamentado por simples portaria ministerial, uma na administração Otávio Bulhões e outra na administração Delfim Neto, que reformulou e deu nova redação a um dispositivo da portaria baixada pelo Ministro Otávio Bulhões.

Os Srs. Otávio Bulhões e Professor Delfim Neto, um, ex-ministro e outro atual Ministro, foram e são homens ilustres e ímprobos. No entanto, praticaram atos de benemerência fiscal, de favores tributários profundamente danosos à administração fazendária e tributária do país.

Um é professor de Economia, com várias obras publicadas; outro, professor de Estatística, em Faculdade de Economia: é economista.

Ao baixarem esses dois atos, os dois ilustres administradores que têm a seu cargo um dos setores mais importantes da administração pública, talvez não tenham percebido, nos meandros dessas duas portarias, quanto de danoso, ao erário federal, elas continuam contendo.

A Portaria nº GB-543, de 13 de dezembro de 1966, publicada no "Diário Oficial" de 16 de dezembro, à página 14.602, diz o seguinte:

"O Ministro de Estado das Negociações da Fazenda, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 6º do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho deste ano, resolve:

Bruxar as seguintes instruções:

I — A redução de 20% prevista no art. 6º do citado decreto-lei, só será feita relativamente ao pagamento do imposto de consumo devido no mês seguinte ao em que foi concedido o aumento salarial, desde que este aumento se verifique dentro do período de 1º de agosto de 1966 a 1º de agosto de 1967." (grifei).

Essa portaria estabelece que aquele benefício de 20% a ser deduzido do imposto de consumo — pelo que o plenário atenta bem para esse detalhe — as empresas estão deixando de recolher aos cofres públicos. Este imposto de consumo foi cobrado, arrecadado e colocado sobre o preço dos produtos vendidos. E ao recolher esse imposto ficam as empresas com o benefício da dedução dos 20% sem qualquer obrigação de baixar o preço do produto vendido, já carregado com aquele imposto. Ficam, pois, com um quinto, com 20% de benefício com exceção apenas na venda de fumo e bebidas.

Em junho deste ano, no dia 13, dia fatídico para aqueles que acreditam na numerologia, o Exmº Sr. Ministro Delfim Neto baixou a Portaria 277, publicada no "Diário Oficial" do dia 19, alterando profundamente e radicalmente a Portaria anterior do Ministro Otávio Bulhões, no item I que diz o seguinte:

"O Ministro de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo SC.91.093-67 resolve:

Retificar o item I da Portaria nº GB-543, de 13 de dezembro de 1966, da seguinte forma:

"I — A redução de 20% (vinte por cento) prevista no art. 6º do citado Decreto-lei será feita relativamente ao pagamento do imposto sobre produtos industriali-

zados devidos a partir da data da concessão do aumento salarial, desde que este aumento se verifique dentro do período de 1º de agosto de 1966 a 1º de agosto de 1967".

Esta portaria, de uma singeleza singular, que aparentemente nada contém de extraordinário, esta simplificando, Sr. Presidente e Srs. Senadores um detalhe de cerca de trezentos bilhões de cruzeiros antigos, do Imposto de Consumo cobrado do povo, sobre produtos vendidos, imposto este que devia ser recolhido ao Erário Nacional, mas que está ficando nas arcas das grandes empresas industriais deste país, sem nenhuma contrapartida para quem quer que seja.

Vale dizer um quinto do Imposto de Consumo arrecadado está ficando e ainda vai ficar durante alguns meses em poder das grandes empresas industriais brasileiras.

O que estes atos têm de irregularidade — não são estes como cerca de 40 outros já baixados, de junho de 1965, até hoje, pelo ex-Ministro da Fazenda e pelo atual — é que concedem benefícios espetaculares, benefícios inimagináveis às grandes indústrias deste país, por simples portarias ministeriais, alterando por completo o entendimento da Lei.

Esse pormenor, aqui, é significativo. O Dr. Otávio Gouveia de Bulhões deve ter sido um dos autores do Decreto-lei nº 15, pois foi na sua gestão que surgiu esse ato e foi por ele subscrito.

Então ele, que deve ter sido um dos autores desse Decreto-lei, estava mais do que ninguém capacitado a dar o entendimento do que se continha no Art. 6º. E o entendimento era no sentido de que o benefício se estendia "só" ao mês seguinte. O Ministro Delfim Neto, porém, alterou completamente tal entendimento, determinando que o benefício é durante todos os meses até agosto de 1967, o que pode permitir, inclusive, a aplicação retroativa do favor fiscal, desde agosto de 1966.

Analisando, uma das quarenta portarias que citarei e que tratam desses benefícios fiscais, o Deputado João Vieira apresentou à Mesa da Câmara o seguinte requerimento de informação, dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda:

1. Com base em que disposições legais as Portarias Ministeriais GB-6, de 6 de janeiro de 1967 e GB-43, de 1º de fevereiro de 1967, autorizaram os contribuintes do imposto sobre produtos industrializados a recolherem seus tributos com a redução de 25% quando já haviam debitado aos compradores e últimos pagadores o imposto pelo seu valor integral?

2. Qual o montante do tributo que, por esta forma, deixou de ser recolhido aos cofres públicos federais?

3. Quais as providências tomadas pelo Ministério da Fazenda no sentido de que a redução de 25% concedida sobre o imposto de produtos industrializados, autorizada pelas Portarias referidas, beneficiasse os consumidores dos produtos e efetivos pagadores do imposto, evitando assim que com tal redução se localizassem os fabricantes e contribuintes "de jure", uma vez que as parcelas do tributo já tinham sido debitadas nos adquirentes por seu valor integral?"

A resposta do Departamento de Renditas Internas, órgão técnico do Ministério da Fazenda encarregado de analisar aspectos da política tributária, diz o seguinte:

2. Preliminarmente, diga-se que os atos ministeriais em questão, como outros da mesma na-

tureza, foram expedidos ou sem a audiência deste órgão, ou, quando solicitada, com a sua objeção — isso não obstante a qualidade de órgão técnico competente para se pronunciar sobre as leis e regulamentos fiscais relativos aos tributos a seu cargo. "ex vi" do disposto no artigo III da Lei nº 4.520, de 30 de novembro de 1964.

3. A Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, declarou, pelo seu art. 6º:

"Art. 6º É o Ministro da Fazenda autorizado a isentar ou reduzir, por período de tempo não superior a 120 dias, em cada exercício, o imposto de consumo incidente sobre os artigos cujas indústrias produtoras satisfaçam as seguintes condições:

a) seja verificada pelo Conselho Monetário Nacional redução substancial de consumo, de caráter não sazonal que possa resultar em diminuição da produção com desemprego, no setor industrial respectivo;

b) assuma a indústria beneficiada o compromisso de estabilizar os demais componentes do seu preço de venda além do imposto de consumo;

c) seja integralmente transferido ao consumidor o benefício da redução ou isenção do imposto de consumo concedido ao fabricante."

4. O dispositivo acima transcrito é o único que autoriza a redução ou isenção do imposto de consumo (atual Imposto sobre Produtos Industrializados), mas nas condições que especifica, o que não é o caso das portarias referidas, que foram expedidas, conforme se justifica em seus preâmbulos,

"tendo em vista a necessidade de atenuar, durante o mês de janeiro corrente, as dificuldades financeiras provenientes da implantação do imposto de circulação".

5. Quanto ao quesito nº 2, este Departamento não dispõe de dados precisos, tendo em vista que o controle estatístico da arrecadação é feito pelo Serviço de Processamento de Dados (SERPRO); que o período de que se trata é recente e ainda porque se desconhece os que optaram pela redução com pagamento à vista ou pelo pagamento parcelado sem redução.

6. Finalmente, quanto ao quesito nº 3, a este Departamento não foi autorizada qualquer providência, mesmo porque a redução foi autorizada com a única condição de ser o imposto pago integralmente (Portaria GB 6/67, inciso "b").

A consideração do Senhor Diretor.

(D.R.I. — A.T. 14 de junho de 1967 — As.) Oswaldo Tancredo de Oliveira, Assessor Técnico.

AT/OTC

Aprovo o parecer da A.T. Com os esclarecimentos ali prestado, encaminhe-se, com urgência à Direção-Geral, juntamente com oito cópias do referido parecer.

Departamento de Rendas Internas, 14 de junho de 1967. --

As. Eleazar Patrício da Silva, Diretor.

Essa informação não sou eu quem a dá; é o Departamento Técnico do Diz, simplesmente, o seguinte: são ilegais as portarias baixadas pelo Ministro da Fazenda, concedendo redução de impostos, já cobrados, já pagos pelos contribuintes, impostos esses que deixaram de ser recolhidos, na parcela da redução, aos cofres públicos, ficando em poder dos maiores

industriais deste País. Esta portaria concedeu o benefício de 25%. Uma deram 20%, outras 25% e algumas chegaram a dar 50%, metade do imposto!

Se o Plenário tiver paciência de ouvir-me, farei a análise de todas elas. Antes, porém, de analisar mais detidamente essas circulares e portarias como pretendo abordar o aspecto da política econômico-financeira do Governo, desejo referir-me a vários documentos que tratam de aspectos da política salarial e de reivindicações de aumento de salários.

O "Correio da Manhã" de 7 de setembro publica o seguinte:

(Lê) "Solicitando melhorias para todos os níveis funcionais, o presidente da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil esteve ontem no Palácio das Laranjeiras, quando fez entrega ao Presidente da República, Marechal Costa e Silva, de circunstancioso memorial. No documento, entre outras observações, consta a angustiosa situação em que se encontra o funcionalismo público, que em três anos recebeu aumentos de salários numa base a menos de 80% a 90% de que qualquer outra categoria salarial."

O mesmo "Correio da Manhã" de 7 de setembro publica ainda o seguinte:

(Lê) "O Sr. Onofre Martins, Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, fez entrega ao Ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho, de um memorial com mais de cem mil assinaturas de trabalhadores metalúrgicos, protestando contra a política assalarial do Governo, reivindicando sua revogação."

O Programa Estratégico de Desenvolvimento do atual Governo, em suas páginas 14 esclarece que:

(Lê) "a) É indispensável que além de um clima de confiança e esperança se estabeleça o consenso nacional em torno dos objetivos básicos, econômicos e sociais da política governamental;

b) O desenvolvimento econômico impõe o fortalecimento da empresa privada nacional.

Por outro lado, na proposta orçamentária para 1968, às páginas IV, o Executivo ressalta que o diagnóstico do comportamento recente da economia brasileira conclui, em março de 1967, pelo debilitamento do setor privado, resultante da queda da demanda, verificada em grande número de setores.

Já o "Diário de Notícias", do dia 7 de setembro, tratando do aumento do custo de vida, em agosto, declara:

(Lê) "Resta saber até que ponto a massa dos assalariados poderá continuar suportando a perda de substância de seu poder aquisitivo, uma vez que a política salarial do Governo permanece sob uma orientação demasiadamente rigorosa".

Enquanto isto, ou talvez como resultado disto, a "Folha de São Paulo", de 9 de setembro, esclarece o seguinte, baseada num estudo do Departamento de Estatística da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo:

PAULISTANO SÓ COMEU 23 GRAMAS DE CARNE EM 66

O consumo médio diário de carnes por pessoa, na capital, em 1966, não passou de 23 gramas, segundo indicam levantamentos feitos pelo Departamento de Estatística da Secretaria de Economia e Planejamento, baseado nas quantidades fornecidas pelo Tenda Único, no primeiro semestre de 1967 e mesmo período do ano passado.

O consumo de carne bovina e de aves diminuiu do ano passado para este, embora a população tenha aumentado.

Os estudos da Secretaria do nos seis primeiros meses do ano Planejamento indicam ainda que, passado, foram fornecidos ao consumo da população da capital 24.480.123 quilos de carne bovina. Este ano o total foi de 17.446.673.

O consumo de aves no primeiro semestre do ano passado foi de 2.126.461 quilos, contra 1.371.515 para o mesmo período deste ano.

Em 1966, o consumo médio diário de carnes na capital foi de 119.659 quilos, divididos entre 83.982 de bovinos; 21.236 de suínos; 14.322 de aves; 95 de caprinos e 24 de ovinos.

O consumo diário médio "per capita", em 1966, não passou de 23 gramas, dos quais 16 representados por carne bovina. O levantamento da Secretaria do Planejamento prevê que o consumo de carnes na capital, em 1967, deverá ser menor ainda que o do ano passado.

Por sua vez, outra publicação técnica, a que faz referência a "Folha de São Paulo" de 12 de setembro deste ano, ou melhor, o Relatório do Conselho Interamericano Econômico-Social, acentuando ainda o drama da América Latina declara sobre o Brasil, textualmente, o seguinte:

"A falta de desenvolvimento industrial, em 1965, resultou rapidamente em mais desemprego."

Como a paralisação atingiu também a construção de casas e prédios, todo o aumento de mão-de-obra nas cidades foi absorvido por empregos de baixa produtividade e pequena remuneração.

Na realidade aumentou nas cidades brasileiras o número de camelôs e dos que vendem bilhetes de loteria. E em 1966 a situação não melhorou, conclui o relatório.

Mais adiante o Relatório declara o seguinte:

"Em nome da salvação da moeda é que aumenta o desemprego e não se aumentam os salários."

O ilustre Secretário de Finanças do Estado de São Paulo, Dr. Arrobas Martins, em pronunciamento recente em que analisou a situação deficitária em que se encontra o erário do Estado de São Paulo, pronunciamento esse que vem publicado na "Folha de São Paulo", de 10 de setembro, depois de alinhar cinco itens ocasionados da diminuição da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, acrescenta mais o sexto item que diz o seguinte, como responsável pela baixa arrecadação do Estado de São Paulo, o mais rico da Federação:

6 — Ocorrência de uma recessão econômica geral, no Estado, com diminuição substancial do volume de negócios do comércio e da indústria e conseqüente queda correspondente da arrecadação.

A Conjuntura Econômica de julho de 1967 publica em suas páginas o Relatório da SANBRA, Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, uma das maiores organizações que tratam da industrialização de produtos oleaginosos neste País, inclusive com exportação. Uma organização até vinculada a interesses estrangeiros.

Este Relatório das atividades da SANBRA do exercício comercial de 1966 declara textualmente o seguinte:

... a contração do âmbito consumidor em decorrência, aparentemente, de uma drástica administração dos seus recursos em consonância com uma política

salarial orientada totalmente na contenção do custo de vida.

Diz mais o seguinte:

"Simultaneamente, teve início por essa época uma paulatina, porém visível, diminuição do consumo de óleos comestíveis que se estendeu por toda a segunda parte do ano de 1966 e que ainda persiste, embora atenuada pelo maior preço recentemente atingido por gorduras de origem animal.

E declara ainda esclarecendo o Relatório da SANBRA:

"O exercício social, ora sob comentário, abrange nos seus últimos meses a comercialização da primeira grande safra oleagífera de 1967, ou seja a do amendoim das águas, em São Paulo e Paraná. Os preços pelos quais a mesma está sendo negociada, inferiores aos de 1966, refletem e confirmam o panorama esboçado."

Uma outra grande organização fabril brasileira, a Cia. de Cigarros Souza Cruz, no seu relatório correspondente às atividades de 1966, declara o seguinte. Como ocorreu em 1965 houve:

1. A redução de 3% das vendas globais de 1965 em comparação com as de 1964.

2. O deslocamento, para baixo, ou seja a transferência progressiva e constante das vendas de cigarros das marcas de preços mais altos para as de preços médios, e das de preços médios para as de preços mais baixos, numa proporção de aproximadamente 7% no primeiro caso e de 12% no segundo."

Estou me referindo a esses vários aspectos, para esclarecer que a retração da economia brasileira não é setorial, é geral, desde os óleos comestíveis até os cigarros, demonstrando sempre uma diminuição da capacidade de consumo, quer dizer, do padrão de vida do homem da classe média e do pobre brasileiro.

O relatório da Mesbla, uma das maiores organizações comerciais deste país, que vende a prestação, e que tem na sua diretoria, atualmente afastados, licenciados, o Sr. Hélio Beltrão, e no Conselho Consultivo, o General Edmundo, Macedo Soares e Silva, respectivamente Ministros do Planejamento e da Indústria e Comércio do atual Governo, o relatório da Mesbla, das atividades de 1966, declara:

"Dentro desse quadro, emoldurado pela redução cada vez mais nítida da capacidade aquisitiva do consumidor, Mesbla levou a efeito uma política de cautelosa expectativa, uma vez que as circunstâncias já apontadas não aconselhavam investimentos novos nem grandes expansões".

Agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois dessas referências documentadas o pronunciamento de grandes organizações mercantis — elas estão entre as maiores organizações comerciais e industriais do País — peço a atenção do Plenário para um tópico da "Folha de São Paulo" de 10 de setembro que analisa a balança comercial dos primeiros 7 meses de 1967. Diz:

"Aumentaram consideravelmente este ano as importações de automóveis e de passageiros (inclusive modelos esporte). Segundo levantamento da Carteira de Comércio Exterior, do Banco do Brasil, as compras brasileiras de veículos montaram o

US\$ 3.454.265,00 (valor CIF) no período de janeiro a julho deste ano, contra US\$ 1.437.533,00

(OIP) de igual período de 1966. Aumento, portanto, de 123,3%.

Já as importações de aguardentes, licor e outras bebidas semelhantes, inclusive uísque (em maior proporção) foram percentualmente maiores do que as de qualquer outro período de igual go a julho, as importações brasileiras desse item montaram em US\$ 1.539.000,00, contra apenas US\$ 570.000,00 do ano passado (valor em CFF). O aumento foi de 150,5%.

E os valores champanhas e semelhantes deram aumento percentual ainda mais expressivo: 162,5%. As compras do mesmo período deste ano somaram US\$ 259.000,00 enquanto as de igual período de 1966 não passaram de US\$ 137.137,00.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, volto à referência feita no decreto-lei a que aludo no começo e às portarias ministeriais emanando das organizações das grandes organizações fabris e comerciais deste País que dizem e mostram que o consumo da população brasileira tem diminuído desde os tempos comemoráveis até agora, passando por todos os obstáculos de um doméstico que são vendidos pela linha da MESSELA têm diminuído. Quer dizer, tem batido o ritmo da vida da grande massa da população brasileira, enquanto a pequena minoria, a classe abastada tem melhorado muito mais de vida; os bens, as mercadorias destinadas aos pobres e à classe média baixaram em sua quantidade ao longo da população ter aumentado não foi o valor, foi a quantidade. Baixaram na sua quantidade, em 3%. De 1955 para 1963 em 7 e até 12%, como a Souza Cruz — declara com referência aos cigarros. Enquanto isso os bens de consumo destinados a uma pequena parcela da minoria da classe rica e milionária deste País que vive consumindo artigos importados do estrangeiro, aumentaram nos sete meses deste ano 150% em relação aos sete primeiros meses do ano passado. E não é em cigarros, é em outros: o ouro e diamantes, quer dizer que foi a quantidade que aumentou de 150% — jóias, chapéus, vestidos, vestidos e automóveis. De tudo, todos eles produzidos pela indústria nacional e que são abastados de mercadorias.

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse Decreto-lei nº 15, que tem uma interpretação do atual ministro da Fazenda, ministro Delfino Neto, pela Portaria 277, de 13 de junho de 1967, transferiu a grande indústria para as grandes indústrias, as grandes fábricas, transferiu do povo brasileiro que foi arrecadado dos consumidores brasileiros e está transferindo ainda e vai transferir até outubro deste ano, se a portaria for mantida. Uma simples portaria transferiu, demandando em poder das grandes indústrias deste País, uma importância equivalente a 300 bilhões de cruzeiros antigos 20%, do que se arrecada de imposto de Consumo neste País, por intermédio dos industriais favorecidos recentemente favorecidos por esta portaria.

Mas, infelizmente, esta portaria não é única. Ela se soma a outras muitas outras em número de cerca de 100, primeiro a criação de leis e decretos, depois atos que passaram a ser decretos, leis que concederam benefícios aos contribuintes e, depois, portarias dos Ministros que concederam muito mais benefícios ainda do que as leis que passaram por este Congresso e decretos-leis baixados durante o período de recesso do Congresso ou sob a alegação de urgência de ser baixados. diplomas legais que concederam anistia total de impostos aos falidos com redução de 50%. E até dispensa total de correção monetária sobre os débitos fiscais.

Esclareço de passagem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a cor-

reção monetária dos débitos fiscais é concedida pelo governo revolucionário, mas que praticou vários atos, dispensando os falidos, os débitos fiscais, a correção monetária no pagamento de seus débitos.

1 — Lei nº 4.357 de 12-7-64: Concedeu redução de 50% das multas e anistia parcial do pagamento dos débitos fiscais.

2 — Lei nº 4.503, de 20 de novembro de 1966: Permitiu a retificação, sem multa, das declarações de bens dos exercícios anteriores.

3 — Lei nº 4.322, de 20 de novembro de 1964: a) permitiu novamente a retificação das declarações de bens, sem penalidades, de 1960-65; b) cancelou todos os débitos de valor até R\$ 100,00; c) concedeu 50% de redução das multas e anistia da correção monetária criada pela Lei número 4.357-64, os débitos que fossem pagos até 31 de janeiro de 1966.

Agora são os decretos-leis — houve três leis e sete decretos-leis:

Decreto-lei nº 34, de 13-11-66: a) concedeu redução de 50% nas multas dos processos que fossem pagos até 18-1-1967; b) anistia da correção monetária o imposto e a multa dos processos que gozaram da redução de 50% da multa; Decreto-lei nº 62, de 21-11-66: cancelou todos os processos fiscais de valor até R\$ 50,00;

Decreto-lei nº 94, de 30-12-66: Permitiu, novamente, a retificação sem penalidades, das declarações de bens quanto aos bens ou valores existentes no exterior em 31 de janeiro de 1967;

Decreto-lei nº 147, de 3-2-67: Perdoou, em até oito, as dívidas atrasadas da União julgadas até 3 de janeiro de 1967;

Decreto-lei nº 157, de 1-2-67: Criou facilidades para a extinção da punibilidade dos crimes de sonegação fiscal quanto às penas estabelecidas pela Lei nº 4.729-65;

Essa é outra lei, conquisto do Governo Revolucionário, governo este que nunca se aplicou a lei concedendo anistia às penas previstas na própria lei. Deve-se ressaltar que esta lei, também, é de iniciativa do Executivo.

Decreto-lei nº 203, de 3-3-67: Permitiu a regularização, sem multa, dos títulos cambiais em circulação com inscrição à legislação bancária;

Decreto-lei nº 223, de 5-5-67: a) concedeu todos os débitos fiscais de valor até R\$ 100,00; b) extinguiu a correção monetária, com redução de 50% para as multas e anistia parcial o pagamento dos débitos assim favorecidos, de 23 prestações mensais (3 anos de prazo).

Então, Sr. Presidente, que foi dado um prazo de três anos para pagar aquilo que foi arrecadado em um mês; a arrecadação efetuada em um mês, e que deveria ser recolhida ao Erário Nacional no mês seguinte, teve um prazo de três anos — trinta e seis meses — para ser paga ao Erário Nacional.

Agora, vamos às portarias do Ministério da Fazenda.

Houve duas tentativas: enquanto numa, portaria ou decreto-lei, foi baixado antes de o fato tributário ocorrer, se obrigava a transferência do contribuinte da redução do imposto concedida — e isto se deu apenas com três portarias e um decreto-lei — todos os outros, em número de aproximadamente trinta, foram dados ao "crista da montanha", depois que a arrecadação havia sido feita, depois que o industrial, que ficou com o favor fiscal, arrecadava o imposto dos compradores.

O Ministro da Fazenda concedia até uma redução do imposto aos que o recolheram dentro do prazo, ou então, se não o quisessem, era

facultado o seu pagamento, em três ou quatro parcelas, sem multa. Claro que quase todos preferiram o recolhimento, com a redução prevista de 20%, percentual este que ficou para a empresa.

Verdadeiro enriquecimento ilícito, em favor das grandes indústrias, das grandes fábricas deste País, a maioria delas, as maiores, de propriedade os brasileiros e empresas estrangeiras!

(Lendo)

Portarias do Ministério da Fazenda e Decretos-leis que concederam redução ou isenção do imposto de consumo antes da cobrança do imposto pela indústria, de forma a permitir a transferência do benefício governamental ao consumidor do produto:

1 — Portaria GB-137, de 7 de junho de 1965: concedeu redução de 20%, 75%, 50% e 25% no imposto de consumo sobre veículos nas vendas, respectivamente, de junho, julho, agosto e setembro de 1965;

2 — Portaria GE-218, de 11 de junho de 1965: concedeu redução de 20%, 75%, 50% e 25% no imposto de consumo sobre aparelhos eletrodomésticos nas vendas, respectivamente, de junho, julho, agosto e setembro de 1965;

3 — Portaria GB-162, de 29 de abril de 1965: concedeu isenção do imposto de consumo, durante os meses de maio a agosto de 1965, nas vendas de eletricidade, açúcar e sal;

4 — Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967: concedeu, até 1972, isenção do imposto de consumo sobre pescado industrializado.

Esses atos concederam os benefícios, antes da ocorrência do fato tributário, fazendo com que a redução do imposto fosse trasladada para o consumidor, para o contribuinte do Fisco. Em todos os casos, como nas anteriores, não houve, a rigor, prejuízo da Fazenda Nacional. Não, não, diminuição de receita, houve diminuição na arrecadação, houve diminuição na cobrança de impostos.

As que vou ler agora, em número de vinte e quatro, foram baixadas depois que ocorreu o fato tributário. Depois que o industrial vendeu a mercadoria e a entregou, depois que ele emitiu as duplicatas e todas elas já estavam em poder dos compradores (a mercadoria entregue com o imposto).

Então, o ministro da Fazenda baixou um ato. O prazo de recolhimento do imposto era o dia 15 de cada mês, pela sistemática antiga. Quando chegava o dia 16, 15, 16, 17 — houve casos até o dia 19 — o Ministro da Fazenda baixava outro ato, dizendo que, para recolher o imposto, até o dia 16, tinha direito a redução de 20%.

Claro, não queriam pagar mal de dinheiro, isso, claro, é um fato. Então, quem não pagava tal redução de impostos? Quem recolheu pagando. E o meu pagante, o mau pagador, porque são muitos contribuintes os que não pagam dentro do prazo de cada mês. Essa situação continuou até que chegou ao ponto em que os bons contribuintes reclamaram, porque, não haviam recebido benefício algum. Este só era concedido a quem pagasse mal o imposto. Então, observando isto, o Ministro baixou portaria, determinando que aqueles que não tivessem pago o imposto sem redução, por falta de conhecimento das portarias, teriam direito à redução nos meses seguintes, para que não fossem prejudicados — prejudicados, na maneira de dizer. Para que eles também fossem beneficiados, isto sim, porque, não foram prejudicados e, sim, o povo brasileiro, o orçamento federal, a execução orçamentária das obras pu-

blicas, a Amazônia, o Nordeste e todo o Brasil, naquilo que depende de investimento público para o crescimento federal e que foram com isso prejudicados.

Estas as portarias — portarias e atos do Ministério da Fazenda — concedendo prazo para pagamento sem redução monetária, em benefício exclusivo da indústria e em prejuízo da Fazenda Nacional:

(Lendo)

Portarias e atos do Ministério da Fazenda que concederam prazos para pagamento, redução ou isenção das multas de mora e da correção monetária, em benefício exclusivo da indústria e em prejuízo da Fazenda Nacional:

1 — Portaria GB-230, de 8 de junho de 1965: permitiu o pagamento em 24 prestações mensais, sem multa, do imposto de consumo devido de junho e julho de 1965 pelas indústrias de têxtil e tecelagem de tecidos, sendo que pela Portaria GB-329, de 10 de setembro de 1965, foi incluído o favor o têxtil referente à primeira quinzena de agosto de 1965;

2 — Portaria GB-22, de 24 de janeiro de 1965: prorrogou até 31 de março de 1966 o prazo de 11 de janeiro de 1965 fixado pelo artigo 13 da Lei 4.003-63 para pagamento, com 50% de redução das multas e anistia da correção monetária, dos débitos fiscais;

3 — Portaria GB-234, de 13 de julho de 1965: Com exceção do imposto de consumo sobre fumo, bebidas e veículos, prorrogou para 30-7-66, o recolhimento do imposto de consumo das vendas de junho de 1965 e que deveria ser recolhido até 15-7-65; pela Portaria GB-251, de 21-7-66, esse débito foi dividido em duas parcelas (junho e agosto) e pela mesma portaria GB-251, de 21-7-66, restituindo, o mesmo débito foi dividido em quatro parcelas (junho a outubro), sem multa;

Esta a dança da administração fazendária: primeiro prorrogou, depois dividiu em dois o mesmo débito prorrogado, e ainda dividiu em quatro o débito que já tinha sido dividido em dois e prorrogado!

4 — Portaria GB-251, de 21 de julho de 1966: prorrogou, até 31 de outubro de 1966, os débitos parcelados pela Lei nº 4.357-64 (20 prestações mensais) que deviam estar pagos até abril de 1966, e pela portaria GB-449, de 22-10-66, prorrogou as mesmas prestações até 29-12-66;

5 — Portaria GB-266, de 12 de agosto de 1966: prorrogou para todas as indústrias, até 15-9-66, sem multa, o pagamento do imposto de consumo que devia ser recolhido até 15-8-66;

6 — Portaria GB-394, de 17 de outubro de 1966: parcelou em três pagamentos mensais, sem multa, o imposto de consumo de fumo e de tecidos de lã e algodão, referente ao mês de setembro de 1966 e que devia ser pago até 15 de outubro de 1966;

7 — Portaria GB-130, de 18 de outubro de 1966: parcelou em três pagamentos mensais, sem multa, o imposto de consumo de fumo e de tecidos de seda e sintéticos referente ao mês de setembro de 1966 e que deveria ser pago até 15 de outubro de 1966;

8 — Portaria GB-433, de 26 de outubro de 1966: parcelou em três pagamentos mensais, sem multa, o imposto de consumo de fumo e de tecidos de seda e sintéticos referente ao mês de setembro de 1966 e que deveria ser pago até 15 de outubro de 1966;

9 — Portaria GB-444, de 21 de outubro de 1966: parcelou em

quatro prestações mensais, sem multa, o imposto de consumo de aparelhos eletrodomésticos referente ao mês de outubro de 1966 e que deveria ser pago até 15 de novembro de 1966;

10 — Portaria GB-468, de 11 de novembro de 1966; percebeu em duas prestações mensais, sem multa, o imposto de consumo sobre vinhos, vermouths e conhaques referente aos meses de outubro e novembro de 1966 e que deveriam ser pagos de uma só vez;

11 — Portaria GB-475, de 14 de novembro de 1966; parcelou em duas prestações, sem multa, o imposto de consumo sobre tecidos e calçados referente ao mês de outubro de 1966 e que deveria ser pago até 15-11-66;

12 — Portaria GB-453, de 13 de dezembro de 1966; reduziu a multa e ampliou o prazo, para dois meses, do recolhimento do imposto de consumo sobre tecidos referente às vendas de novembro e dezembro de 1966 e que deveria ser pago até 15-12-66 e 15-1-67;

13 — Portaria GB-545, de 14 de dezembro de 1966; reduziu a multa e ampliou, para dois meses, o prazo do recolhimento do imposto de consumo sobre vários aparelhos eletrodomésticos referente às vendas de novembro e dezembro de 1966 e que deveria, respectivamente, ser pago até 15-12-66 e 15-1-67;

14 — Portaria GB-6, de 6-1-67; reduziu a multa e permitiu o pagamento em fevereiro, março e abril de 1967 do imposto de consumo que devia ser recolhido até 15-1-67, com exceção das fábricas de cigarros, bebidas e veículos automotores, tratores, bicicletas e motocicletas;

15 — Portaria GB-141, de 11 de abril de 1967; prorrogou até 14 de maio de 1967 o imposto de consumo da última parcela fixada para 14-4-67 pela Portaria GB-6, de 6-1-67;

16 — Portaria GB-149, de 14 de abril de 1967; prorrogou de 15 de abril de 1967 para 15-5-67 a data do recolhimento do imposto de consumo sobre tecidos referente às vendas em março de 1967;

17 — Portaria GB-181, de 18 de maio de 1967; deu mais uma semana de prazo para o recolhimento do imposto de consumo de produtos de fumo relativo à segunda quinzena de abril de 1967 e que deveria ser recolhido até 15-5-67;

18 — Portaria GB-215, de 30 de maio de 1967; deu uma tolerância de dez dias, durante quatro meses, para o recolhimento quinzenal, do imposto de consumo sobre produtos de fumo (cigarros, charutos etc.);

19 — Dezenas de despachos ministeriais, a partir de 1965, em requerimentos isolados de devedores que obtiveram dispensa, multa, dispensa de correção monetária e parcelamento do débito em até 20 prestações mensais.

Decretos-leis e portarias do Ministério da Fazenda que concederam à indústria, em prejuízo da Fazenda Nacional e em benefício exclusivo dos industriais, a beneficência de parcela do imposto de consumo já recebido, pela indústria, dos compradores das mercadorias e que deixou ou deixa de ser recolhido, a 6 de outubro de 1967, nos cofres federais:

1 — Portaria GB-394, de 17 de outubro de 1966; deu uma redução de 20% no recolhimento, até 31-10-66, do imposto de consumo que foi cobrado em setembro de 1966 sobre 13, algodão e tecidos de crina e algodão, o qual deveria ter sido recolhido até 15-10-66;

2 — Portaria GB-439, de 26 de outubro de 1966; deu uma redução de 20% no recolhimento, até 4-11-66, do imposto de consumo cobrado em setembro de 1966 sobre fios e tecidos de seda e fios e tecidos de fibras sintéticas, que deveria ter sido recolhido até 15 de outubro de 1966; os industriais do ramo que, por não terem tido conhecimento da medida, recolheram integralmente, até 15-10-66, o imposto de consumo referente ao mês de setembro de 1966, tiveram a redução de 20% na guia de recolhimento do mês de outubro de 1966, desde que paga esta, como, aliás, exigido por lei, até 15-11-66;

3 — Portaria GB-6, de 6-1-67; com exceção apenas para os fabricantes de cigarros, bebidas em geral e veículos automotores, tratores, bicicletas e motocicletas, permitiu que todas as demais indústrias fizessem a seu favor, uma redução de 25% no total do imposto de consumo que foi recebido pela indústria nas vendas de dezembro de 1966 e que fosse recolhido aos cofres públicos no prazo fixado para isso em lei, isto é, até 15-1-67; como essa portaria é arbitrária e sem fundamento em lei, os fabricantes de cigarros, bebidas e veículos, da mesma exclusão, não aceitaram o critério do Ministro e por conta própria se utilizaram do favor dado a todos os demais industriais e se acobertaram com consultas ou mandatos de segurança;

4 — Portaria GB-43, de 1-2-67; permitiu um crédito de 25% do valor do imposto de consumo recolhido em janeiro de 1967, crédito este que foi utilizado em fevereiro de 1967, a todos os industriais que, por não terem tido conhecimento da Portaria GB-6, de 6-1-67, recolheram até 15-1-67 integralmente o imposto de consumo cobrado sobre as vendas efetuadas em dezembro de 1966;

5 — Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966; permitiu a dedução de 20% no imposto de consumo devido pelas indústrias que, no período de 1-8-66 a 1-8-67 concedam aumento salarial sem aumento correspondente do preço das mercadorias; pela Portaria GB-543, de 13-12-66, o Exmo. Senhor Ministro Otávio Bulhões regulamentou o Decreto-lei nº 15, fixando que a redução de 20% no imposto de consumo só seria feita uma única vez, relativamente ao débito correspondente ao mês seguinte ao em que tivesse sido concedido o aumento salarial; mas pela Portaria GB-277, de 13-3-67, o Exmo. Sr. Ministro Delfim Neto deu nova redação do item I da Portaria GB-543 e alterou o entendimento da mesma, para conceder o desconto dos 20% sobre os recolhimentos referentes a todos os meses, até agosto de 1967, o que quer dizer que o benefício vai vigorar até outubro de 1967, prazo da apresentação da guia de recolhimento referente a agosto de 1967, nos termos do Decreto-lei nº 326-67; e como de junho a outubro temos 5 meses, quer isto dizer que pela Portaria GB-277, de 13-3-67, a indústria passou a ter uma bonificação extra igual ao valor do imposto de consumo cobrado do consumidor e não recolhido pela indústria durante um mês inteiro (5% x 20% = 100%);

6 — Decreto-lei nº 104, de 13 de janeiro de 1967; deu uma redução de 50% em favor dos fabricantes de óleos e gorduras comestíveis vegetais e animais sobre o imposto de consumo recolhido até 16-1-1967 e que foi cobrado nas vendas de dezembro de

1966 e que, portanto, deveria ser recolhido até 15-1-67.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com toda satisfação, nobre Senador.

O Sr. Marcello de Alencar — Vossa Excelência sabe que esta é minha primeira intervenção no Senado ...

O SR. DESIRÉ GUARANI — E por isto me honro com a mesma.

O Sr. Marcello de Alencar — ... Na difícil missão de substituir Mário Martins, esse ardoroso patriota. Não pude, entretanto, conter a vontade do meu aplauso a V. Exª pelo importante e grave discurso que está pronunciando. Eu, habituado às lides forenses, fiz de V. Exª uma dupla imagem: a do promotor público, no seu libelo acusatório em que o réu é o Governo, e a do advogado, defensor do povo brasileiro, principalmente das camadas mais humildes da nossa população. Trago aqui o meu inteiro apoio e, junto dele, uma colaboração. Toda esta política econômico-financeira que V. Exª tão bem critica está presa a uma errada filosofia implantada por um plano do Governo anterior, segundo a qual a desgraça brasileira, a instabilidade das suas finanças era devida apenas aos problemas das liberalidades salariais. (Muito bem!) Pensa-se, e muitos foram os entusiastas dessa filosofia, que, arrochando os salários dos pequenos, contendo o assalariado nas suas reivindicações, estaria realmente alcançando os melhores objetivos nacionais de estabilidade. Puro engano! Na realidade, hoje, os empresários conscientes estão, realmente certos de que umas das motivações mais graves de suas crises reside nesta política de arrocho salarial. Esive no Rio de Janeiro, reunido com o Clube dos Lojistas, homens preocupados pelo recasso da demanda que fazia com que diminuíssem seus negócios e deles, para surpresa minha, ouvi que na pesquisa orientada pela Fundação Getúlio Vargas se apurara que aquela população, através de quarenta por cento de servidores públicos e o pessoal assalariado do porto, em virtude da compressão salarial a que foram sujeitos, era tida como motivo principal desse recasso da demanda, desse consumo diminuído. V. Exª está sendo muito feliz no seu pronunciamento, porque vejo nele a base, a estrutura de pronunciamentos que irei fazer nesta Casa. Por certo me louvarei no documento que Vossa Excelência deixa para o País, para honra de todos nós, que temos a satisfação de estar com V. Exª na oposição, no Movimento Democrático Brasileiro. Por fim, devo dizer a Vossa Excelência que as causas dessa inflação já hoje estão ao alcance de nós, leigos em assuntos econômicos. Enquanto, neste País, estivermos exportando mais mercadorias — porque o povo brasileiro trabalha e pode produzir mais e fazer crescer, pelos seus esforços, a sua produção — e recebendo menos nas nossas exportações, e, por outro lado, estivermos importando menos em quantidade, mas pagando mais dólares, não teremos soluções para os nossos problemas da inflação. Portanto, os padecimentos do povo brasileiro vão continuar. E' esta a minha palavra de apoio e de apreço a V. Exª.

O R. DESIRÉ GUARANI — Agradeço, penhorado, Senador Marcello de Alencar, o apoio e a apresentação de V. Exª neste plenário, apartando o modesto discurso com que aprecio alguns aspectos da política econômico-financeira do atual Governo agradeço especialmente a ratificação que Vossa Excelência faz das conclusões, que não são nossas, são da maioria das organizações comerciais e industriais do País, que reconhecem o processo de

recasso econômica em que se encontra o Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Se o Executivo declara que existe, como consta da página IV da proposta orçamentária para 1968, resta saber até que ponto vai modificar esta política, para que o povo brasileiro tenha, imediatamente, num prazo bem curto, dias melhores e um alevantamento do padrão de vida, diminuído nestes últimos anos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero me deter agora, de forma especial, nas consequências que tiveram e estão tendo ainda para as finanças públicas as portarias GB-6, de 6 de julho de 1967, e GB-43, de 1º de fevereiro de 1967, do Exmº Senhor Ministro Otávio Gouveia de Bulhões, e a Portaria 277, de 13 de junho de 1967, do Exmº Sr. Ministro Delfim Neto.

Estes atos, estas três Portarias, Senhor Presidente e Senhores Senadores causaram e estão causando uma diminuição da receita dos impostos que foram cobrados do povo brasileiro e não são recolhidos ao erário nacional de quase meio trilhão de cruzeiros, pelos cálculos baseados nos elementos estatísticos fornecidos pelo Ministério da Fazenda, conforme consta da publicação que foi posta em circulação em virtude do Congresso de Arrecadação realizado no mês de agosto pelo Ministério da Fazenda aqui, em Brasília. Nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril deste ano houve uma diminuição de arrecadação de imposto de consumo relativamente aos meses de 1966, que vai de 21% até 46%, no mês de abril deste ano. Isto em decorrência desses atos de benemerência tributária, de favor fiscal que os Ministros da Fazenda baixaram por simples portaria, deixando em pé a indústria parcelas correspondentes a 20, e 25% de impostos de consumo arrecadados do povo, e que não foram recolhidos aos cofres da Fazenda Nacional.

Em janeiro, o que de danoso as Portarias 6-37 e 43-67 provocaram de imediato, pode ser indicado sem risco de erro. Conforme li no requerimento de informações enviado recentemente pelo Ministério da Fazenda, ele não tem nenhum elemento para saber quanto, realmente, deixou de ser arrecadado, não tem controle nenhum, mas o cálculo pode ser facilmente estabelecido porque é 20% e 25% sobre o imposto de determinadas indústrias, ou sobre todas elas. A Portaria nº 277 exclui, apenas, as fábricas de fumo e bebidas, todas as outras indústrias estão beneficiadas pela Portaria.

Isto causou um prejuízo ao Erário Nacional, no mês de janeiro de, no mínimo, 60 bilhões de cruzeiros antigos; no mês de fevereiro de, no mínimo, 50 bilhões de cruzeiros antigos, e nos meses restantes; e vai causar até outubro deste ano se a Portaria nº 277 permanecer de pé, prejuízos ao Erário Nacional e isso é lucro extra, isto é dinheiro do povo que ficou nas mãos das grandes indústrias do país — não inferior a 300 bilhões de cruzeiros antigos.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, afirmo que esses atos de benemerência deixam nas mãos das indústrias um mínimo de 400 bilhões de cruzeiros antigos em prejuízo do Erário Nacional. E se analisarmos, por setores industriais, qualquer das maiores fábricas de veículos deste país, chegaremos a conclusão de que a grande fábrica de veículos, por exemplo, que no ano passado apresentou, conforme consta do último número da revista "Visão", lucro líquido superior a dez bilhões de cruzeiros. Esta indústria em virtude da Portaria nº 277 está obtendo um lucro líquido extra de um bilhão de cruzeiros por mês, sem diminuir o preço dos seus veículos. Isto nos leva à conclusão certa, afirmo, sem receio de errar, Sr. Presidente, que esta indústria, em face da Portaria nº 277, baixada pelo Ministro Delfim Neto, está auferindo o lucro mínimo de cem mil

cruzeiros por veículo, lucro extra correspondente a imposto arrecadado do consumidor, do adquirente do veículo, e não recolhido aos cofres públicos.

Temos a indústria de perfumes, classificado como produto suntuário. Pois bem, uma única fábrica de perfumes, por sinal ligada a organização estrangeira, que mantém um sistema de vendas a domicílio e recolhe mensalmente de imposto de consumo cerca de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, está auferindo um lucro extra de 20% sobre o imposto, isto significa que está ganhando trezentos milhões de cruzeiros mensalmente, ou seja, dez milhões por dia de imposto de consumo cobrado do consumidor e não recolhido ao Erário Nacional.

Temos uma fábrica de fios sintéticos, também vinculada a entidades estrangeiras, que, conforme consta da referida publicação, obteve, no ano passado, lucro líquido superior a 20 milhões de cruzeiros novos. Neste ano, além do lucro paralelo, normal, teve e está tendo em virtude da Portaria nº 277, de 13 de junho de 1967, o lucro extra de no mínimo 300 mil cruzeiros novos por mês. Uma única indústria; isto apenas para citar três casos.

Voltando ao problema do automóvel, a indústria à que me referi, há pouco fez uma publicidade pelo País dizendo que o menor lucro era o dela, pois ganhava apenas cerca de 30 ou 40 cruzeiros novos por veículo. Ora, foi a própria indústria, a própria fábrica que declarou contentar-se com um lucro de 30 a 40 cruzeiros novos por veículo. No entanto essa mesma fábrica está recebendo por veículo um lucro extra de imposto cobrado três vezes superior ao seu lucro comum, ao seu lucro comercial ao seu lucro normal. Três vezes; 100 cruzeiros novos por veículo;

Sr. Presidente, essa portaria — só ela — Vai permitir o enriquecimento ilícito dos grandes industriais, porque os pequenos talvez nem tenham conhecimento dela, talvez a tenham. A pequena fábrica no interior de Minas Gerais, no interior do Estado do Rio de Janeiro, no Oeste catarinense, no interior do Mato Grosso, talvez nem saibam que existe essa Portaria nº 277. Ela irá beneficiar apenas as grandes indústrias, como todas as outras portarias beneficiaram apenas as grandes indústrias, as únicas com capacidade de conhecer um ato havido depois de vencido o prazo de recolhimento de imposto como o foram aquelas várias dezenas de portarias baixadas de 1965 até hoje, inclusive permitindo o recolhimento com dedução do Imposto já cobrado.

Essa portaria permitiu lucro extra superior, em prejuízo dos cofres públicos, a tudo aquilo que, até hoje já foi dado à SUDENE e à SUDAM. A SUDAM recebeu, durante estes vários anos de incentivos fiscais, cerca de 150 bilhões de cruzeiros de imposto de renda e a SUDENE, cerca de 470 bilhões de cruzeiros. Esta portaria representa, pois, mais do que toda a legislação da SUDENE e da SUDAM.

O argumento das autoridades financeiras de que não é possível a concessão em 1967 de aumento ou na alínea aos servidores federais, os quais terão de esperar para 1968 qualquer aumento salarial, porque em 1967 está previsto um déficit orçamentário de um trilhão de cruzeiros antigos é falacioso. Se a razão é esta e só esta em 1968, para cujo exercício está previsto um déficit superior a dois trilhões de cruzeiros antigos, é óbvio que não existem razões dobradas para que nenhum aumento salarial seja concedido em 68.

Esse déficit real para 1968 poderá ser assim discriminado:

- a) déficit calculado a ser coberto com ORTN — NCr\$ 600.000.000,00;
- b) restos a pagar de 67 (só a conta por municípios no IPI é superior a 100 milhões) — NCr\$ 400.000.000,00;
- c) créditos adicionais inevitáveis — NCr\$ 300.000.000,00;

d) despesa com aumento na mesma % da infração para 1967 — NCr\$ 1.300.000.000,00.

Total — NCr\$ 2.600.000.000,00.

Além disso, a previsão da receita para 1968 está baseada na taxa de 44%, sobre a arrecadação prevista no orçamento em vigor, e o e, 6,7 trilhões de cruzeiros velhos, quando o Congresso de Arrecadação, realizado no mês de agosto em Brasília, no Ministério da Fazenda, calculou, com base na receita tributária arrecadada até 31 de julho de 1967, uma arrecadação de 6,4 de trilhões de cruzeiros antigos, com um crescimento sobre a arrecadação de 1966 de apenas 17% (dezessete por cento).

Os quase 40 atos ministeriais de favores fiscais baixados de junho de 1965 a junho de 1967, todos eles reunidos, deram menos prejuízo ao Erário Nacional do que a Portaria nº GB-277-67, do Ministério da Fazenda.

O que esta Portaria 277 e as outras, a que fiz referência, causaram de estímulo, de benefício, de favor, as indústrias do sul do País representam o que tudo aquilo que se negou à SUDENE para o Orçamento de 1968; representa o dobro do negado à SUDAM e à Amazônia para o orçamento de 1968 e representa mais do que todos os benefícios — só a Portaria 277 — concedidos até agora por lei à Amazonia Ocidental e à Zona Franca de Manaus.

Por todas essas razões, mas especialmente pelas das Portarias nºs GB-394-66, 439-66, 6-67, 4-67 e 277-67 do Ministério da Fazenda, é que repelimos a tese de que a execução orçamentária não permite a concessão de qualquer aumento salarial, pois uma administração financeira que transfere dos cofres públicos para usufruto pessoal dos maiores industriais do País, algumas centenas de bilhões de cruzeiros, em prejuízo das obras públicas, dos estudantes sem vagas nas universidades, do reequipamento do material das forças armadas e da ocupação da Amazonia não tem condições de negar o aumento de alguns cruzeiros a servidores que recebem menos de dez cruzeiros novos por dia os quais constituem 85% dos servidores federais. A administração que, em junho de 1967, pela Portaria 277 de 1967, fez a festa junina dos maiores milionários do País, não pode negar a natalina aos menores assalariados do Brasil, os barbaqueiros federais e os componentes das forças armadas.

Ainda por estas razões e especialmente pelas das Portarias número GB-394-66, 439-66, 6-67, 4-67 e 277 de 1967, do Ministério da Fazenda, que estão permitindo, por simples ato ministerial, ainda maior enriquecimento ilícito dos maiores milionários do Brasil, impedindo que sejam recolhidos aos cofres públicos e dando-os, às pessoas mais ricas do País, de mão beijada, em verdadeira banheira de brilhantes, algumas centenas de bilhões de cruzeiros antigos, cobrados, pela tributação indireta do imposto de consumo, ou IPI, do bolso de todos os consumidores brasileiros de produtos industrializados o que quer dizer, especialmente dos assalariados (militares, civis, comércios bancários, comerciais e produtores), por tais razões, repetimos, é que conseguimos compreender porque enquanto não só em em todo o País, mas especialmente em São Paulo, a capital mais rica do Brasil, tem diminuído o consumo de carne e de óleos comestíveis, o que demonstra que a renda média real do povo brasileiro é menor e pior, tem paralelamente aumentado a importação e o consumo de uísque de vinhos e de champagne do estrangeiro que cresce esta importação em 1967 em mais de 150% sobre 1966, o que demonstra que os grandes ricos obtiveram superlucros extras, que estão desperdiçando em despesas suntuárias e de simples gozo pessoal.

O que o Poder Público deu, só pela Portaria Ministerial GB-277, de 13 de junho de 1967, do Ministério da Fazenda, às grandes indústrias tanto nacionais quanto subsidiárias de organizações estrangeiras, todas elas localizadas no Sul do País, é mais do que o dobro do que se negou à Amazonia, para sua mais rápida integração nacional, na proposta orçamentária para 1968, remetida ao Congresso na mesma ocasião em que se publicava a portaria 277-67 (Diário Oficial de 19 de junho de 1967, página 6.529). O que se deu por esta portaria às grandes indústrias estrangeiras é superior a tudo o que se negou ao Nordeste na proposta orçamentária para 68 sob a alegação de que não há mais a vinculação tributária para a SUDAM e a SUDENE e de que o déficit orçamentário não permite despera maior; e, sózinha, representa mais, muito mais, em favor fiscal, do que toda a legislação da Amazônia Ocidental e da Zona Franca de Manaus. Tais consequências, talvez, tenham escapado ao Excmo. Sr. Ministro Delfim Neto, ao assinar a Portaria 277-67, o qual por certo atenderá o nosso apelo de anulação, em todos os seus efeitos.

Negue o Executivo o aumento, de importância vital para a manutenção do padrão de vida da classe, aos barbaqueiros e aos militares desprezados, negue até a própria natalina, se quiser manter-se indiferente às necessidades de quem percebe menos de dez cruzeiros novos por dia e que constitui 95% dos servidores federais; mas paralelamente não permita que os cofres públicos federais sejam desfalcados em bilhões de cruzeiros antigos, desviados em favor das maiores fortunas particulares do Brasil. Neque qualquer aumento, mas providencie a revocação, o mais breve possível, da referida Portaria 277, de 1967, com a anulação total dos seus efeitos, para que sejam imediatamente recolhidos ao Erário Nacional, de uma só vez, os bilhões de cruzeiros em poder ilícito dos grandes industriais, que os cobraram do povo brasileiro na venda dos seus produtos, isto é, na venda dos seus produtos.

peço ao Excmo. Sr. Presidente e ao Excmo. Sr. Presidente da República, nesse sentido e o déficit será reduzido a quase a metade do que foi previsto no orçamento para 1967 e com isto, talvez haja recursos para uma pequena natalina aos servidores federais. É o nosso apelo ao Excmo. Sr. Presidente Arthur aos servidores federais. É o nosso apelo ao Excmo. Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva. E fazemos este apelo ao Excmo. Sr. Presidente da República na convicção de que seremos atendidos, pois esse atendimento por certo evitará, só por si, instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que se justifica para examinar o assunto, caso não sejam anulados os efeitos pelo Executivo, da Portaria GB-277 de 13 de junho de 1967, que dá os efeitos da mesma para as finanças públicas federais, em proveito exclusivo de uma minoria acientista que está ficando em seu poder, com cerca de trezentos bilhões de cruzeiros antigos arrecadados do povo brasileiro.

Enquanto se verifica esse enriquecimento ilícito a quase totalidade do povo brasileiro tem diminuído o seu padrão de vida pela diminuição do consumo de óleo comestível e de carne. Enquanto isto, aumentou em 150% a importação de automóveis de luxo, de uísque e de champagne, e de vinho do estrangeiro. (Muito bem; Palmas).

COMPARECEMOS NÓS OS SENADORES SENADORES:

Milton Trindade,
Moura Patla,
Sebastião Archer,
Petrônio Portela,
Sigefredo Pacheco,
Domício Gondim,
Arnon de Melo.

Leandro Maciel,
Josaphat Marinho,
Eurico Rezende,
Milton Campos,
Benedito Valladares,
Moura Andrade,
Alem de Sa. — (14).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — No expediente de ontem foi lido ofício do Governador do Estado de Alagoas convidando os membros do Senado para as solenidades comemorativas do sesquicentário da emancipação política daquele Estado.

Para representarem o Senado nas solenidades designo os Srs. Senadores Arnon de Melo e Teotônio Viçela.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Ainda no expediente de ontem foi lido ofício do Presidente do Banco Central do Brasil solicitando a designação de membros desta Casa para acompanharem, na qualidade de observadores parlamentares, a XXII Reunião Anual das Juntas de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, entidades ao mesmo ligadas e Fundo Monetário Internacional, a realizar-se, no corrente mês, na cidade do Rio de Janeiro.

Para desempenharem esta missão designo os Srs. Senadores Gouveia Vieira, Adolpho Franco e Desre Guimarães.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O Sr. Senador Lino de Mattos, Líder em exercício do M.D.B., comunica à Casa que desistiu de propor a substituição do nome Senador Bezerra Neto pelo Senador Adalberto Sena na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 9, de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

As matérias dos itens 1 e 2 da Ordem do Dia estão em fase de votação, que será feita, como secreta, na sessão que tratará da matéria do item 2.

Esão sujeitas, ainda, a voto de secretaria as matérias dos itens 6 e 7, estas ainda em fase de discussão.

A Presidência, nos termos do Regimento, agrupa essas matérias para a fase final da Ordem do Dia.

Passaremos à apreciação dos itens 3, 4, 5 e 8.

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1967 (nº 1.075-B 63, da Casa de origem), que concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União tendo Parceres sob nºs 544, 545 e 546, de 1967 das Comissões de Serviço Público Civil — 1º pronunciamento: favorável ao projeto — 2º pronunciamento: favorável à Emenda nº 1-CF. Finanças: favorável, após a audiência do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, com emenda que oferece o nº 1-CF com abstenção de voto do Senador Item de Sá.

Em discussão o projeto e a emenda da Comissão de Finanças. (Pausa) Não havendo quem peça a palavra dou-a como encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 46, DE 1967

(Nº 1.075-B-63, na Casa de origem)
Concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedido aos funcionários do antigo Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União, de acordo com as disposições da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, relativas a transferência.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-CF

Inclua-se o seguinte:

"Art. A transferência de que trata esta Lei processar-se-á para cargo da mesma denominação do ocupante pelo funcionário à data da publicação da Constituição do Estado do Acre, respeitadas as promoções a que tenham feito jus na respectiva série de classes e observado o disposto no § 5º do art. 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, não se considerando quaisquer acréscimos de vencimentos ou reclassificações efetivados sob a responsabilidade do referido Estado."

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1967 (nº 341-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar material e equipamentos a entidades públicas e privadas que mencionam e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 530 e 581, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo e Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O Projeto vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 83, DE 1967

(Nº 341-B-67, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a doar material e equipamentos a entidades públicas e privadas que mencionam e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a doar, através do Ministério da Saúde, material e equipamentos adquiridos à conta de dotações orçamentárias destinadas a planos integrados de saúde, equipamento e manutenção de unidades médico-sanitárias, instalação e manutenção de laboratórios de saúde pública, assistência médico-sanitária de emergência, assistência e recuperação a mutilados e deficientes físicos, combate à raiva, combate às doenças venéreas e imunizações contra doenças transmissíveis.

Parágrafo único. As doações poderão abranger material e equipamentos

médico-hospitalares adquiridos pelo Ministério da Saúde no exercício de 1966, à conta das dotações: 3.1.2.0: Material de consumo; 4.1.2.0: Serviços em regime de programação especial; 4.1.3.0: Equipamentos e instalações; 4.1.4.0: Material permanente.

Art. 2º As doações serão efetuadas de acordo com plano a ser elaborado pelo Ministério da Saúde atendidas, de preferência, localidades, em todo o território nacional, deficientemente servidas quanto a entidades médico-hospitalares.

Art. 3º As doações somente poderão ser feitas a entidades médico-hospitalares de beneficência social, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, registradas na Divisão de Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, bem como a Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, entidades autárquicas e fundações, para seus serviços médico hospitalares.

Parágrafo único. Nos casos de assistência e recuperação a mutilados e deficientes físicos, as doações poderão ser feitas a pessoas físicas, através de entidades públicas ou privadas, desde que atendida a exigência do registro prevista neste artigo, segundo critérios a serem fixados em regulamento.

Art. 4º As doações, com encargos que o Poder Executivo fixar, serão feitas mediante termo lavrado em livro próprio, perante o Ministro da Saúde, tendo efeito de escritura pública para fins de transcrição nos registros competentes.

Parágrafo único. As doações, a que se refere o parágrafo único do artigo anterior, poderão ser feitas perante a autoridade que o regulamento especificar.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967 (nº 343-B-61, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar tendo Pareceres, sob nºs 532 e 533, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo, favorável; de Finanças, favorável, com emenda que oferece.

Em discussão o projeto e a emenda. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-los declaro encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 86, DE 1967

(Nº 343-B-61, na Câmara)

(De iniciativa do Presidente da República)

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e com jurisdição em todo o território nacional.

Parágrafo único. Quando as condições justificarem, a sede e foro da Fundação serão transferidos para Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º A Fundação Nacional de Material Escolar gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados o estatuto e o decreto que os aprovar.

Parágrafo único. O prazo de duração da Fundação Nacional de Material Escolar será indeterminado.

Art. 3º A Fundação Nacional de Material Escolar terá por finalidade a produção e distribuição de material educativo, de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização.

Parágrafo único. A Fundação Nacional de Material Escolar não visará a fins lucrativos, e o material por ela produzido será distribuído pelo preço de custo.

Art. 4º A Fundação Nacional de Material Escolar será administrada pelos seguintes órgãos:

Conselho Técnico Consultivo;

Conselho Fiscal;

Direção.

Art. 5º O Conselho Técnico Consultivo compor-se-á de 3 (três) membros, representativos dos cargos executivos e técnicos do Ministério da Educação e Cultura, além do Diretor-Executivo que representará o Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Ao Conselho Técnico Consultivo cabe conceituar a política nacional de produção e distribuição de obras didáticas e material escolar.

Art. 6º O Conselho Fiscal será composto de 2 (dois) representantes do Ministério da Educação e Cultura e 1 (um) contador designado pelo Conselho Técnico Consultivo.

Parágrafo único. Ao Conselho Fiscal compete emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pela Direção. A aprovação dessas pelo Conselho Técnico Consultivo importará a sua aprovação do Diretor-Executivo, assegurando-se a mais ampla defesa, sem prejuízo de sanções penais, quando for o caso.

Art. 7º A Direção será exercida por 1 (um) Diretor-Executivo, que integrará o Conselho Técnico Consultivo como representante nato do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Ao Diretor-Executivo, que trabalhará em regime de tempo integral, compete administrar e, ao mesmo tempo, elaborar o plano de atividades e orçamento anual da Fundação Nacional de Material Escolar.

Art. 8º O provimento dos cargos referidos nos arts. 5º e 6º será feito pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante Portaria.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Técnico Consultivo e do Conselho Fiscal prestarão serviço relevante, de conhecida utilidade pública, sem ônus para o Estado.

Art. 9º O patrimônio da Fundação Nacional de Material Escolar será constituído por:

- a) acervo da atual Campanha Nacional de Material de Ensino, cuja doação pelo Poder Executivo fica desde logo autorizada;
- b) dotações orçamentárias e subvenções da União;
- c) doações e contribuições de entidades de direito público e privado e de particulares;
- d) receita de material de ensino;
- e) rendas eventuais, inclusive as resultantes de prestação de serviços.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Fundação Nacional de Material Escolar serão utilizados apenas para a consecução dos seus objetivos permitida, todavia, a subrogação de uns e outros para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 10. Os equipamentos necessários à produção de material didático, importados pela Fundação Nacional de Material Escolar, respeitadas a similaridade na produção nacional, gozarão de isenção do imposto sobre a importação e do imposto sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, ficando-lhes assegurada abertura cambial prioritária.

Parágrafo único. Os bens, equipamentos e materiais importados com os favores previstos neste artigo destinam-se à utilização privativa da Fundação Nacional de Material Escolar, não podendo, sob qualquer pretexto, ser alienados, salvo quando se justificar a substituição de equipamentos por outros mais aperfeiçoados, devendo a alienação ser aprovada pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 11. A dotação orçamentária, consignada à Campanha Nacional de Material de Ensino no Orçamento de 1967, fica transferida para a Fundação Nacional de Material Escolar.

Art. 12. Todo o pessoal admitido na Fundação Nacional de Material Escolar estará sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º O quadro do pessoal referido neste artigo deverá ser aprovado pelo Conselho Técnico Consultivo e homologado pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º Os funcionários que estão atualmente prestando serviços à Campanha Nacional de Material de Ensino permanecerão à disposição da Fundação Nacional de Material Escolar, e constituirão um quadro especial, sendo-lhes assegurados os direitos e vantagens dos servidores públicos.

§ 3º Ficará igualmente à disposição da Fundação Nacional de Material Escolar todos os servidores relacionados pela legislação trabalhista que atualmente prestam serviços na Campanha Nacional de Material de Ensino.

Art. 13. Ao ato de constituição da Fundação Nacional de Material Escolar deverá estar presente como representante do União, o Ministro da Educação e Cultura, cabendo-lhe designar comissão incumbida de, no prazo de 20 (vinte) dias, elaborar o estatuto, respectivo e submetê-lo à aprovação do Presidente da República.

Art. 14. Extinguindo-se por qualquer motivo a Fundação Nacional de Material Escolar, os seus bens serão incorporados ao Patrimônio do União.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA DE REDAÇÃO

Ao parágrafo único do art. 10: Suprimam-se as palavras:

"sob qualquer pretexto"

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 8:

Discussão, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1967, de autoria do Sr. Senador Júlio Leite, que modifica o item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União) — projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 30 de agosto de 1967, tendo Parecer nº 569, de 1967, da Comissão de Redação (oferecendo a redação do vencido).

Em discussão o Projeto. (Pausa.) Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimento no sentido de que o projeto seja submetido a votos, é ele dado como definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do art. 272, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PARECER Nº 569, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1967.

Relator: Sr. Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1937, que modifica o item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1967. — Bezerra Neto, Relator — Mem de Sá — Carlos Lindenberg.

ANEXO AO PARECER Nº 569-67

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1967, que modifica o item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 178.

III — quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilostrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar, com base nas conclusões da medicina especializada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Agora passaremos à apreciação das matérias dependentes de votação secreta, e que são as constantes dos Itens 1, 2, 6 e 7.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1967 (nº 250-B-67, na Casa de origem), que revoga a Lei número 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A., no Estado da Guanabara tendo Pareceres favoráveis, sob números 551 e 552, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

A discussão foi encerrada na Sessão de ontem.

A votação será em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação. (Pausa.)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Votaram Sim 27 Srs. Senadores.

3. Não. Houve uma abstenção. Não se verificou quorum.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada dos Srs. Senadores, de Norte para o Sul.

(Procede-se à chamada).

RESPONDERAM A CHAMADA OS SRS. SENADORES

Acre:

Adalberto Sena — MDB.
Oscar Passos — MDB.

Amazonas:

Edmundo Levi — MDB.
Desiré Guarani — MDB

Pará:

Milton Trindade — ARENA.

Maranhão:

Sebastião Archer — MDB

Piauí:

Petrônio Portela — ARENA
Sigefredo Pacheco — ARENA

Ceará:

Menezes Pimentel — ARENA.

Rio Grande do Norte:

Duarte Filho — ARENA

Pernambuco:

Pessoa de Queiroz — MDB

Sergipe:

Júlio Leite — ARENA.
José Leite — ARENA

Bahia:

Aloysio de Carvalho — ARENA
Josaphat Marinho — MDB

Espirito Santo:

Carlos Lindenberg — ARENA
Eurico Rezende — ARENA.
Raul Giuberti — ARENA.

Guanabara:

Marcelo de Alencar — MDB.
Gilberto Marinho — ARENA.

Minas Gerais:

Milton Campos — ARENA.
Benedicto Valladares — ARENA.

São Paulo:

Carvalho Pinto — ARENA.
Lino de Mattos — MDB.

Goiás:

Pedro Ludovico — MDB.

Mato Grosso:

Fernando Corrêa — ARENA.

Paraná:

Ney Braga — ARENA.
Adolpho Franco — ARENA

Santa Catarina:

Celso Ramos — ARENA.
Antônio Carlos — ARENA.
Renato Silva — ARENA.

Rio Grande do Sul:

Guido Mondin — ARENA.
Mem de Sá — ARENA.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A chamada acusa a presença de apenas 33 Senhores Senadores, não há, portanto, quorum.

Fica, assim, sobrestada a matéria, bem como a constante do item 2 do Ordem do Dia.

Passaremos, assim, aos itens números 6 e 7, ainda em fase de discussão, embora sujeitos à votação secreta.

Item 6:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 88, de 1967, número 391-B-67, na Casa de origem, de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta os impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como de taxa de despachos aduaneiros, material importado pela firma "Rupturita S. A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina, tendo Parecer favorável, sob número 584, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, apenas para manifestar a esperança de que a Liderança do Governo, nesta Casa, faça sentir ao Senhor Presidente da República que o projeto em tela é de importância insuperável para a Nação, face ao Projeto de Lei número 58, de 1937 vetado pelo Chefe do Executivo. Este último, sim, é de transcendental importância para a Nação, porque, não se trata de amparar a importação de equipamentos, para fabricação de centrais-telefônicas automáticas.

Trata-se de amparar uma indústria diretamente ligada à Segurança Nacional.

No caso ora em discussão, o Governo pretende usar uma que quer importar material para fabricação de nitroglicerina, ou melhor, para a reconstrução de fábrica que produz a nitroglicerina.

Não me oponho à aprovação do projeto. Estou entre aqueles que, nesta Casa se filiam a orientação em favor do amparo a toda indústria nitidamente de caráter nacional, que produz artigos ainda não fabricados no Brasil e sujeitos a importação.

Ainda hoje, participando da reunião da Comissão de Finanças, tive oportunidade de votar favoravelmente projeto desta natureza. Apenas, de comum acordo com outros nobres colegas que integram a Comissão, sugerimos que a isenção não recaia em favor dos produtos que tenham similar no País.

Nestas condições — repito — nutro esperanças de que a Liderança, nesta Casa, faça ver ao Senhor Presidente da República que, se este projeto puder a sua aprovação, deverá sua Excelência, em benefício do interesse. Pedia comum, examinar o seu ato de veto ao projeto que isenta de imposto de importação a maquinaria para fabricação de centrais-telefônicas automáticas.

Não há, no caso, Senhor Presidente, demérito alguém na atuação presidencial em recuar, reconhecendo que cometeu um erro e tornando aquela questão aberta, para que os Congressistas votem livremente. Esta liberdade, tenho certeza de que os congressistas, tanto da ARENA como do MDB, rejeitarão, unanimemente, aquele veto, como unanimemente, votaremos a favor deste projeto que, também, visa a proteger a indústria nacional. (Muito bem. Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Mais nenhum dos Srs. Senadores Senadores desejando discuti-la, declaro encerrada a discussão.

A votação fica transferida para a sessão seguinte, por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 89, de 1937 (nº 392-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais, tendo Parecer, sob nº 513, de 1937, da Comissão de Projetos do Executivo, favorável, com emenda que oferece da nº 1-CPE

Em discussão o projeto, com a emenda da Comissão de Projetos do Executivo. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-los, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, O Sr. Senador Gilberto Marinho encaminhou à Mesa discurso que será publicado na forma do Regimento. Há ainda, oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Moura Palha. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Júlio Leite. (Pausa)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 15 de setembro de 1967

(Sexta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1967 (nº 250-B-67, na Casa de origem), que revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A., no Estado da Guanabara, tendo Pareceres favoráveis sob nº 551 e 552, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Parecer nº 574, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o ofício nº 230-R, de 18-5-67, do Senhor Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal, solicitando as necessárias providências no sentido de ser concedida licença para prosseguimento da Ação Penal nº 179, do Estado da Guanabara contra o Sr. Senador Mário Martins (Parecer no sentido de ser a matéria submetida ao Plenário em votação secreta, com ressalvas dos Senhores Senadores Antônio Carlos, Petrônio Portela e Josaphat Marinho).

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1967, nº 391-B-67, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como de taxa de despachos aduaneiros, material importado pela firma "Rupturita S. A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina, tendo Parecer favorável, sob nº 534, de 1967, da Comissão de Finanças.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1967 (nº 392-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais, tendo Parecer, sob nº 573, de 1967, da Comissão de Projetos do Executivo, favorável, com emenda que oferece da nº 1-CPE.

5

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 572, de 1967, ao Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, emenda do pela Câmara dos Deputados, que dispõe sobre referência ao título profissional de funcionário público civil da União no caso e pela forma que especifica.

6

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 534, de 1967, do Projeto de Lei do Senado

nº 27, de 1967, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que altera os arts. 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil.

7

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 567, de 1967, do Projeto de Resolução nº 61, de 1967, que suspende a execução da Resolução nº 148, de 17 de janeiro de 1955, da Câmara Municipal de Niterói.

8

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 558, de

1967) do Projeto de Resolução nº 62, de 1967, que suspende a execução do art. 3º da Lei nº 7.687, de 14 de janeiro de 1963, do Estado de São Paulo.

Projeto nº 9, de 1967 (CN)

EMENTA: Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

A ser emendado perante a Comissão Mista nos dias 15, 18, 19, 20 e 21 do corrente mês.

(Guilherme Mondim) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 35 minutos.)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

ATA DA 8ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1967

As dezesseis horas e trinta minutos do dia treze de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Oscar Passos, Presidente em exercício, presentes os Srs. Senadores Pedro Ludovico, Júlio Leite, Sigefredo Pacheco e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Guionard, José Cândido, Paulo Torres, Nél Braga e Mário Martins.

É lida a ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

Em cumprimento ao parágrafo único do artigo oitenta e dois do Regulamento Interno, assume a presidência o Sr. Senador Pedro Ludovico.

Dando início aos trabalhos da Comissão, o Sr. Senador Oscar Passos emite o seguinte parecer:

— Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1967, que "estende a atividades de assistência médico-hospitalar o disposto no art. 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1953, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento."

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

Proseguindo, o Sr. Senador Oscar Passos reassume a presidência e concede a palavra ao Sr. Senador José Leite que emite parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1967, que "declara de utilidade pública o "Círculo dos Oficiais e Intendentes das Forças Armadas", com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara."

A seguir, usa da palavra o Sr. Senador Sigefredo Pacheco para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1967, que "aprova o acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da República Portuguesa para cooperação na utilização da energia nuclear para fins pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965", concluindo pela aprovação.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carmelita de Souza, Secretária, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 1967

As 15,30 horas do dia 13 de setembro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Antônio Balbino, Aloysio de Carvalho, Pe-

trônio Portela, Carlos Lindenberg e Josaphat Marinho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Eurico Rezende, Wilson Gonçalves, Rui Palmeira e Bezerra Neto.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Senhor Senador Petrólio Portela, com a palavra, lê seu parecer ao Projeto de Decreto Legislativo número 37-67 — Aprova o Decreto-Lei número 229, de 2 de agosto de 1967, concluindo pela sua constitucionalidade. O parecer é aprovado unanimemente.

A seguir, o Senhor Senador Carlos Lindenberg passa a relatar os seguintes projetos: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 35-67 — Aprova o

Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965; pela aprovação com emenda sua iniciativa do Projeto de Lei da Câmara nº 87-67 — Revoga o artigo 1º da Lei nº 4.737, de 15.7.65, e o artigo 2º da Lei nº 4.831, de 4.5.63; pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 81-67 — Isenta do imposto de Consumo os materiais importados para a Faculdade de Medicina do Rio Grande pela Fundação Cidade do Rio Grande.

Submetidos à discussão e votação são aprovados os pareceres, com as seguintes declarações de voto quanto ao Projeto de Lei da Câmara número 81-67: Senador Antônio Balbino: pela inconstitucionalidade com fundamento apenas no inciso I do art. 60 da Constituição Federal, mantendo quanto à invocação do § 2º do art. 2º o entendimento expresso pela Comissão de Justiça em outras consultas da Comissão de Finanças sobre a mesma matéria (Ver parecer nº 312); Senador Petrólio Portela: acompanha o voto do Senador Antônio Balbino; Senador Antônio Carlos: nos termos do voto do Senador Antônio Balbino; Senador Josaphat Marinho: com restrições.

Continuando com a palavra o Senador Carlos Lindenberg relata favoravelmente, com Projeto de Resolução, o Ofício 772-P-67, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que é aprovado por unanimidade.

O Senhor Senador Aloysio de Carvalho lê seu parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 53-67 — Estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União. Relata, ainda, favoravelmente à consulta da Comissão de Redação sobre o Projeto de Resolução nº 86-64, apresentando sugestão que deverá ser incluída na emenda da citada Comissão e deixando ao Plenário a decisão final sobre se os Projetos de Resolução ns. 86-64 e 5-65 devem ser fundidos numa só Resolução, conforme parecer nº 497 da Comissão de Redação. Aprovado este parecer, o

Projeto de Resolução nº 5-65 deverá ser arquivado, de acordo com o parecer lido e aprovado pela Comissão de Justiça.

O Senador Antônio Balbino apresenta seu parecer pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 47-67 — Dispõe sobre a horticultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas, na Região Amazônica e dá outras providências. Continuando, relata favoravelmente, com Projeto de Resolução, o Ofício número 16-P-MC-67, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, e dá pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 77-67 — Isenta as instituições beneficentes e de utilidade pública de contribuição à Previdência Social.

Submetidos à discussão e votação são aprovados por unanimidade, com exceção do Projeto de Lei da Câmara nº 77-67 em que é vencido o Senador Josaphat Marinho com a seguinte declaração de votos: vencido, por se tratar de isenção de taxa de previdência, ressalvando o reexame do assunto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Bandão, Secretária, a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Matéria que se publica nos termos do Requerimento número 767, aprovado na sessão do dia 13 de setembro de 1967, de autoria do Sr. Lino de Mattos.

TEMA 1

A INDÚSTRIA BRASILEIRA VINCIADA AO SANEAMENTO

- 1.1 — Especificações
- 1.2 — Padrões e Normas Técnicas
- 1.3 — Testes de Qualidade
- 1.4 — Imprego de Equipamentos e Peças Especiais.

O IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA

1. Considerando a dificuldade que têm os organismos interessados em controlar, na origem, a qualidade dos materiais que utilizam;

Considerando a economia que poderá advir da unificação dos serviços de fiscalização e recebimento de materiais;

Considerando que certos materiais utilizados por particulares em instalações sanitárias devem obedecer a determinados padrões de qualidade;

Recomenda:

Que as principais entidades de saneamento procurem criar um órgão comum com a finalidade de controlar, na origem, a qualidade dos materiais por elas encomendados ou que devam por elas ser aprovados.

2. Considerando a conveniência do aperfeiçoamento na fabricação dos materiais utilizados em obras de saneamento;

Recomenda:

Aos governos estaduais e municipais que estabeleçam, através de leis, a adoção das normas da ABNT, a exemplo do que fez o Governo Federal pela Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.

3. Considerando que para melhor eficiência das indústrias de materiais destinados a obras de saneamento é necessário que o planejamento de suas atividades seja feito de acordo com programas e previsões realistas das obras a serem realizadas a curto e a médio prazos;

Recomenda:

Que seja dada a mais alta prioridade a todas as medidas tendentes a tornar mais preciso o planejamento e a programação de execução das obras de saneamento, previstas pelos órgãos oficiais responsáveis pela política de saneamento no país e que

tais planos e programas sejam conhecidos pelas indústrias, para que as mesmas possam, por sua vez, melhor planejar suas atividades, permitindo a execução dessas obras em melhores condições técnicas e econômicas.

4. Considerando que dia-a-dia se intensifica o emprego de tubos de chapas soldadas de aço;

Considerando que este tipo de material requer proteção especial;

Recomenda:

Que seja promovido o estabelecimento de especificações brasileiras para a fabricação e recebimento de tubos de chapa de aço destinados a condutivos de água.

5. Considerando o latente e no uso de tubos plásticos no Brasil, nas obras de saneamento;

Considerando que já se verificou a ocorrência de ataques em tubos de determinados tipos de plásticos por organismos do solo, em condições naturais;

Considerando as consequências desse fato em relação à boa qualidade da água à economia popular e as dúvidas interpretativas que possam daí advir em relação a outros tipos de plásticos;

Recomenda:

Que sejam continuadas e incentivadas as observações e pesquisas sobre o eventual ataque aos tubos plásticos por organismos do solo.

TEMA 2

ADMINISTRAÇÃO DE ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELO SANEAMENTO

- 2.1 — Organizações
- 2.2 — Legislações
- 2.3 — Tarifas e tarifas
- 2.4 — Financiamentos
- 2.5 — Oramento-programa
- 2.6 — Execução e controle de Planos Diretores.

O IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA

1. Considerando que não tem sido dada a devida importância pelos engenheiros sanitários aos estudos de política tarifária,

Recomenda:

a) Que seja dada maior divulgação aos estudos e observações concernentes a este assunto;

b) Que o estudo deste assunto seja incluído nos cursos de pós-graduação de engenharia sanitária.

2. Considerando que a atitude hesitante das empresas, em relação à cobrança de taxas ou de tarifas relativas ao despejo de resíduos industriais, deve em parte ao desconhecimento do problema,

Recomenda:

Seja dada maior divulgação, nas associações que congregam industriais, sobre a responsabilidade dos mesmos em relação aos problemas de poluição e dos danos que os despejos não tratados podem provocar.

3. Recomenda:

Que devam ser cobradas taxas e tarifas pelos despejos industriais, dos estabelecimentos situados nas zonas de maiores densidades demográficas e econômicas do país, como também aqueles situados nas bacias dos rios que servem de fonte de abastecimento de água para grandes centros urbanos.

4. Recomenda:

Que as taxas e tarifas utilizadas para cobranças dos despejos industriais devam ser — pelo menos nos dez primeiros anos de sua aplicação — crescentes e regressivas em relação aos volumes e com crescimentos proporcionais às concentrações de demanda bioquímica de oxigênio e aos sólidos em suspensão e possivelmente a outros fatores, se as condições locais aconselharem. É indispensável que as bases de cobrança possam ser recíprocas, sempre que a conjuntura econômica exigir.

5. Recomenda:

Que as posturas e códigos de obras determinem a obrigatoriedade de se instalar, separadamente, nos estabelecimentos que têm despejos industriais, as redes internas de esgotos sanitários, industriais pluviais, introduzindo-se mediante de sua junção com os esgotos sanitários.

6. Recomenda:

Que sejam cobrados, separadamente, de cada indústria os despejos industriais e os esgotos sanitários em função das respectivas vazões.

7. A cobrança dos despejos industriais, constitui-se em estímulo necessário, porém não suficiente, para induzir o industrial a construir e operar instalações de tratamento para os despejos industriais. Seria interessante que outros incentivos de natureza fiscal viessem coadjuvar essa emulação pretendida.

Recomenda:

a) Que na legislação do Imposto de Renda sejam consideradas como despesas gerais, as importâncias despendidas na construção de estações de tratamento para os despejos industriais;

b) Que os produtos obtidos pela recuperação dos despejos industriais — sem que outra matéria prima tenha sido adicionada — gozem da isenção dos impostos de produtos industrializados e de circulação de mercadorias.

8. Recomenda:

Que os serviços de limpeza urbana e de grandes centros industriais, façam a coleta do material decantado ou precipitado nas instalações de tratamento de despejos, das pequenas e médias indústrias.

9. Considerando a multiplicidade dos recursos federais e internacionais previstos para o desenvolvimento de programas de saneamento básico no país;

Considerando os graves e urgentes problemas nacionais a serem enfrentados, exigindo que sejam eliminados os nocivos desperdícios de tempo e também de recursos humanos e materiais decorrentes da superposição de competência de vários órgãos;

Considerando que, em face da extensão territorial do país e as peculiaridades regionais, é de mais alta importância fortalecer as entidades estaduais na prestação de assistência técnica e financeira aos municípios;

Considerando a necessidade de se preservar a estrutura federativa da nação;

Considerando as experiências negativas do passado, no âmbito federal, advinda da interferência de áreas de competência;

Recomenda:

Nos programas de saneamento, financiados com recursos federais, devem ser aproveitados e estimulados os órgãos estaduais existentes, através da delegação de atribuições, conforme determina o Decreto-lei nº 200-67, que estabelece a Reforma Administrativa Federal.

10. Apela:

Ao Governo Federal, mais uma vez no sentido de promover a coordenação e unificação das atividades federais de saneamento no país.

11. Recomenda:

Aos diversos órgãos governamentais responsáveis pela execução da Nova Política de Saneamento do Brasil a adoção de estrutura salarial adequada, de maneira a assegurar aos profissionais que se dedicam à Engenharia Sanitária, uma remuneração condigna.

12. Recomenda:

Que os órgãos responsáveis pelo saneamento básico urbano do país, tanto Federal como Estaduais, deverão desenvolver planos e pesquisas relacionados com os aspectos administrativos de empresas e órgãos autárquicos,

municipais ou regionais, visando à adequada gerência dos serviços de água e esgoto, para garantia efetiva dos empréstimos que venham a ser concedidos, pelas entidades financeiras.

13. Recomenda:

a) Que para a prestação de serviços de abastecimento de água e sistemas de esgotos sejam considerados preços públicos (portas e fora das exigências da legislação municipal).

b) Que na composição de tarifas de água sejam considerados exclusivamente os custos industriais dos serviços prestados, incluindo parcelas que permitam a expansão dos próprios serviços, objetivando assim atender à totalidade da população e acompanhar o seu crescimento;

c) Que a fixação de bases de cobrança para esses serviços seja feita através de tarifas independentes de aprovação legislativa;

d) Que na falta de pagamento pelos usuários não sejam cobradas multas, mas sim aplicada a medida de corte no fornecimento de água;

e) Que os serviços de águas e esgotos procurem realizar as cobranças de maneira semelhante à adotada pelas empresas industriais.

14. Considera:

A situação sanitária do Brasil como de calamidade pública, pois, a esquistossomose, as verminoses, a hepatite infecciosa, a gasotricerite e as disenterias amebianas e bacilares ainda não foram debeladas. Ao contrário, as incidências dessas moléstias, decorrentes das condições insalubres, continuam aumentando assustadoramente e não foram atacadas convenientemente pelos engenheiros sanitaristas, por falta de recursos suficientes e de organização central adequada. Em consequência,

Recomenda:

Ao Governo da República:

a) A criação de um órgão central autônomo, para se responsabilizar pela política de saneamento do Brasil, sob a sigla "SANEBRAS", integrando o DNOS, o GEF e o FRAE, e exercendo sobre os demais órgãos federais de saneamento as funções de planejamento, coordenação e controle.

b) A abertura de um crédito especial anual, durante 5 anos, de NCr\$ 550.000.000,00;

c) Estudar o estabelecimento de uma taxa sanitária incidente sobre a produção industrial, para assegurar recursos destinados ao controle da poluição da água e do ar;

d) A criação de uma sociedade de economia mista, com a finalidade de, em regime de exclusivo controle nacional, assumir todas as atividades de financiamento, no âmbito federal, para a execução de obras e serviços de saneamento básico.

15. Tendo em vista o elevado número de municípios que não apresentam condições para assegurar o retorno de capital dos financiamentos;

Tendo em vista a grande parcela de população rural que ainda não dispõe de uma orientação eficaz sobre os problemas de higiene e de saneamento;

Tendo em vista os fundamentos básicos, em que o "desenvolvimento" não se reduz a um simples crescimento econômico, mas também a um desenvolvimento integral do "homem" para que ele possa ter saúde, libertar-se da miséria e obter com segurança condições de subsistência e oportunidades permanentes de trabalho;

Tendo em vista que, com o desenvolvimento integral do "homem", garante-se o desenvolvimento econômico;

Tendo em vista que a política nacional de saneamento não é suficientemente clara e objetiva para o problema das populações de baixo poder aquisitivo;

Recomenda:

A elaboração de um programa nacional objetivo, por parte dos órgãos

competentes, destinados ao saneamento básico para as populações desfavorecidas.

16. Recomenda:

Ao Banco Nacional de Habitação para que inclua em todos os seus planos e programas de obras, a execução de serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários.

17. Recomenda:

Que as autoridades competentes estabeleçam nos contratos de empreitadas para obras de saneamento uma intervenção de órgãos ou entidades que representem os interesses das populações, a responsabilidade dos governos Federal, Estaduais ou Municipais.

18. Recomenda:

As repartições públicas e demais entidades interessadas na elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários, sejam providenciados estudos de viabilidade econômica e financeira simultaneamente com a elaboração dos trabalhos acima referidos.

19. Recomenda:

Aos poderes constituídos da União, dos Estados e dos Municípios para que se beneficiem com a Contribuição de Melhoria, para efeito de ressarcimento de despesas com a execução de obras de água e de esgotos e de saneamento em geral, aproveitando como subsídio, a legislação pertinente posta em vigor pelo Estado de São Paulo.

20. Recomenda:

Que nas áreas onde existem ó gãos de desenvolvimento regional, como a SUDAM, SUDENE, SUDESUL, os recursos de origem estadual ou municipal que se destinam à execução de obras ou projetos de saneamento, sejam somados, sempre que houver conveniência, aos de origem federal, para constituir a contrapartida local exigida pelos empréstimos concedidos por órgãos ou agências que operam com recursos nacionais ou externos.

21. Recomenda:

Que os órgãos encarregados de abastecimento de água, tendo em vista o caráter industrial que tendem a tomar, preocupem-se com a organização de sistemas de manutenção moldados em critérios científicos, tendo como objetivo o aumento do grau de confiança nos sistemas sob seu controle, com a redução de despesas e da frequência e duração de falhas de equipamentos.

22. Recomenda:

Que o planejamento dos serviços municipais de abastecimento de água e de esgotos sanitários, seja, sempre que possível, integrado no planejamento urbano, especialmente, na sua forma legal de programação e de controle de expansão das cidades de modo a assegurar as condições econômicas de retribuição do capital investido e de pleno aproveitamento social e, ainda, para possibilitar a extensão dos benefícios do saneamento básico à totalidade das populações urbanas, a curto prazo e em todo o país.

23. Recomenda:

As empresas de saneamento, de economia mista, seja considerada a padronização do Balanço Geral e a aplicação da chamada Tabela Leopoldinense, a fim de possibilitar, através de comparações, a determinação de valores e índices típicos dessas empresas.

24. Considerando que a Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estabelece que os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos à concorrência de preços;

Considerando que é de todo interesse para a engenharia nacional a aplicação generalizada dessa Lei;

Recomenda:

Aos profissionais e as entidades de engenharia, o maior empenho na sua divulgação e cumprimento.

Tema 3**— ABASTECIMENTO DE AGUA****3.1 — Seleção e proteção dos recursos hídricos**

a) — Sistemas de captação e tratamento de água

b) — Adução e distribuição de água

c) — Controle de qualidade da água de abastecimento

O IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA**1. Recomenda:**

Que se intensifiquem as observações e pesquisas que de modo geral venham a possibilitar a determinação de dados, índices e parâmetros de grande significado em engenharia sanitária e que permitam o aproveitamento dos projetos.

2. Recomenda:

Que se iniciem com urgência estudos sobre a dessalinização de águas salobras ou marinhas.

3. Considerando ser indispensável estudar ao máximo possível os serviços de abastecimento de água e, consequentemente, a necessidade de reduzir os custos das obras,

Recomenda:

Que seja feita revisão sistemática das normas atuais de projeto e que se realizem os estudos e reuniões necessários a esta finalidade.

4. Recomenda:

Que se estabeleçam critérios e normas para facilitar o cotejo dos diversos tipos de tubos tais como, ferro fundido (cimentado ou não), cimento-amianto, aço e plástico, utilizados nos sistemas públicos de abastecimento de água.

5. Recomenda:

Que os órgãos responsáveis pela administração de sistemas públicos de abastecimento de água efetuem estudos do consumo para as diferentes categorias de usuários, dando divulgação a esses trabalhos.

6. Recomenda:

Que em diversas áreas se realizem experiências com torneiras "FORDILHA", bem como pesquisas de outras soluções, que possibilitem controle de desperdício e redução do custo de água para populações de baixo poder aquisitivo.

7. Recomenda:

a) Que os órgãos que operam em saneamento no país realizem, sistematicamente, estudos limnológicos das águas represadas;

b) Que seja dada ênfase, pelos órgãos de saneamento do país, a um programa racional de perfuração de poços para as áreas de condições hidroclógicas favoráveis;

c) Que seja feita a divulgação sistemática dos dados relativos às características de poços profundos, obtidos pelos órgãos públicos ou privados, através dos meios de divulgação da ABES;

d) Que sejam reiteradas as recomendações de conclaves anteriores, no sentido de serem estudados e estabelecidos critérios de qualidade das águas naturais e examinados os reais efeitos dos lançamentos de resíduos industriais nas massas de água, a fim de possibilitar o reaproveitamento econômico das águas poluídas e o fornecimento de subsídios para o estabelecimento de leis e regulamentos adequados ao referido controle;

e) Que junto aos diversos órgãos de saneamento do país seja incentivada a realização e continuidade de cursos intensivos de operação, manutenção e administração de serviços de abastecimento de água;

f) Que a ABES proponha a seus associados a coleta de dados para uniformização do controle laboratorial de estações de tratamento de água de pequeno porte;

g) A ABES o estudo de proposta de uniformização do controle laboratorial mínimo para estações de tratamento de água de pequeno porte, visando, não só a potabilidade da água, como também a operação econômica e a coleta de dados estatísticos que permitam a execução de novos projetos menos onerosos.

8. Recomenda:

a) Que se organizem e oficializem normas, com exigências técnicas mínimas, especialmente destinadas à elaboração de projetos e à execução de obras de abastecimento de água de pequenas comunidades, aproveitando como subsídio o trabalho "Sugestões de normas provisórias para a elaboração e apresentação de projetos de pequenos abastecimentos de água", de autoria de S. E. Cynamony;

b) Que, tendo em vista os resultados obtidos em abastecimento público de água no país, com a aplicação da fluorita, sejam continuados os estudos referentes a esta forma de fluorização;

c) Que seja aprovado e aceito, como norma provisória o trabalho "Anteprojeto de estações de tratamento de água para abastecimento público", apresentado ao Congresso pelo Professor J. M. de Azevedo Netto, com a colaboração dos Engenheiros Fuad N. Mellen e Ronaldo Tavares;

d) Que seja sugerida à ABES a criação de uma Comissão, sob a presidência do Professor J. M. de Azevedo Netto, para elaborar um vocabulário de termos técnicos empregados em engenharia sanitária;

e) Que o item referente à dureza e o abrandamento de águas, constante da norma provisória acima referida, seja objeto de estudos orientados pela ABES, objetivando verificar a possibilidade de serem adotadas determinações de dureza, em função de mineralização de água.

Tema 4

SISTEMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO DA ÁGUA

4.1 — Controle dos corpos de água receptores;

4.2 — Sistema de esgotos sanitários;

4.3 — Sistema de esgotos industriais;

4.4 — Lançamento de esgotos em corpos receptores;

4.5 — Controle de eficiência de sistemas de tratamento;

O IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA

1. Recomenda:

a) As escolas de engenharia e às faculdades de saúde pública, a instalação, dentro das suas possibilidades, nos seus departamentos de saneamento, de computadores analógicos, não só para o ensino e treinamento de alunos, como também para sua utilização por entidades públicas ou particulares interessadas;

b) Que no estudo e planejamento de sistemas de controle da poluição, que envolvam número de descargas ou de lançamentos não muito elevados, e que exijam a análise de um grande número de alternativas, seja sempre previamente considerada a possibilidade de emprego de computadores analógicos.

2. Recomenda:

Ao Banco Nacional de Habitação e aos demais órgãos responsáveis pela execução e de planos habitacionais que, na aprovação de financiamentos e planejamentos seja observada a necessidade de dotar os conjuntos habitacionais de:

a) Áreas necessárias para atender, dentro do plano urbanístico local, as

demandas atuais e futuras relativas às implantações dos serviços de utilidade pública, principalmente os relacionados com sistemas de água, esgotos e lixo;

b) Estudos de viabilidade técnico-econômica dos planos dos sistemas de água, esgotos e lixo elaborados;

c) Convênios ou qualquer outra forma de acordo ou contrato, destinados a dotar os órgãos locais (públicos ou particulares) responsáveis diretos pela manutenção, operação e controle dos serviços de utilidade pública citados, das verbas necessárias à implantação, operação e manutenção de tais serviços, até o momento em que as fontes locais de arrecadação específica (através de taxas, tarifas, etc.) forem suficientes para ressarcir as respectivas despesas.

3. Recomenda:

A elaboração de nova e unificada legislação federal relativa à poluição em geral e ao seu controle, em águas interiores e litorâneas.

4. Recomenda:

Que sejam incentivadas pesquisas e estudos epidemiológicos, em praias de banho presentemente atingidas pela poluição por esgotos sanitários, a fim de permitir a obtenção de parâmetros que possibilitem a fixação de padrões locais para proteção dos banhistas.

5. Recomenda:

a) Que sejam estimuladas pesquisas visando a obtenção de um segundo índice indicativo de poluição, o N.M.P. de coliformes fecais, além do tradicional N.M.P. de coliformes;

b) Que a pesquisa de estreptococos fecais seja sempre que possível, incluída na rotina dos laboratórios de bacteriologia da água, como ensaio complementar ao exame de coliformes;

c) Que sejam estimuladas pesquisas sobre o tempo de sobrevivência nas águas dos "estreptococos fecais", tendo-se em consideração as condições climáticas locais.

6. Recomenda:

Que os projetos de lagoas de estabilização sejam elaborados observando critérios e cuidados necessários para garantia da boa operação e fácil manutenção das mesmas.

7. Recomenda:

a) Que seja indicado aos órgãos de planejamento e direção de ensino de engenharia sanitária no Brasil a necessidade de dar ênfase em seus currículos, ao ensino de métodos e técnicas empregados em projetos, construções, operação e manutenção de sistemas de lançamento submarino de águas servidas, assim como das técnicas e métodos destinados ao controle da poluição das resultantes;

b) Que sejam incentivadas pesquisas e experiências neste importante campo técnico, a fim de se obter dados e parâmetros que traduzam as condições locais e permitam a aplicação de métodos e técnicas mais adequados.

8. Recomenda:

a) Que na elaboração de planos diretores de obras sanitárias de grande envergadura e destinados a áreas metropolitanas, se tenha sempre em vista a conveniência da formulação de soluções que possam ser implementadas por etapas capazes de funcionamento independente;

b) Que as fases de implementação destes planos sejam sempre precedidas dos indispensáveis estudos de viabilidade técnica e econômica;

c) Que todos os problemas referentes ao projeto de obras de características especiais e de grande vulto, que não possam ser devidamente equacionados pelos métodos técnicos e práticos já consagrados, sejam objeto de investigação em modelo reduzido, sempre que possível.

9) Recomenda:

As entidades responsáveis pelos serviços de saneamento urbano de municípios que integram áreas metropolitanas, que possuam ou venham a elaborar planos diretores regionais, de controle de poluição das águas, promovam, com urgência, o planejamento de obras destinadas ao controle dos problemas locais de poluição, sem perder de vista a conveniência de sua integração nos planos metropolitanos ou regionais.

10. Recomenda:

Que a delimitação das áreas de bacias hidrográficas, para fins de estudo de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, seja feita tendo sempre em vista a necessidade dos exames simultâneos das condições existentes ou potenciais de uso da água em bacias hidrográficas em seu todo, a fim de possibilitar estudos de otimização dos sistemas de controle de poluição.

TEMA 5

EDUCAÇÃO SANITÁRIA

5.1 — Ensino de grau médio

5.2 — Ensino superior

5.3 — Ensino pós-graduação

5.4 — Ensino técnico especializado

5.5 — Treinamento profissional

5.6 — Educação sanitária na comunidade

5.7 — Educação sanitária escolar

O IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E O VIII SEMINÁRIO DE PROFESSORES DE ENGENHARIA SANITÁRIA

1. Recomendam:

A todas as instituições públicas e privadas que operem no ramo da engenharia sanitária, incentivarem o treinamento de pessoal de nível médio e de nível superior, de que tanto carece o Brasil.

2. Recomendam:

a) Que a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária organize uma Comissão Especial de Pesquisas, com o objetivo de estabelecer uma orientação sobre pesquisas em engenharia sanitária; essa Comissão deverá ser composta de sanitaristas especialmente convidados, de modo a representar as atividades governamentais, privadas e de ensino. As contribuições dessa Comissão serão as seguintes:

I — organizar um inquérito objetivando recolher as opiniões e sugestões do meio técnico especializado nacional acerca do assunto;

II — elaborar um programa de pesquisas essenciais, a ser sugerido aos departamentos de água e esgotos (ou órgãos similares) e escolas de engenharia;

III — estabelecer critérios básicos para tais pesquisas.

b) Que a ABES divulgue, de maneira sistemática, os resultados das pesquisas realizadas por sua sugestão, seja por intermédio de seus órgãos periódicos, seja por meio de publicações especiais;

c) Que a ABES se encarregue de encaminhar às entidades competentes, as solicitações de recursos para pesquisas que forem feitas por órgãos que disponham realizá-las de acordo com a orientação a ser fixada;

d) Que a ABES gestione junto aos órgãos financiadores de obras de saneamento e outros porventura encarregados de emitir parecer acerca de projetos, no sentido de ser exigido que os projetos prevejam a existência de instalações destinadas a medições e determinações experimentais correntes;

e) Que a ABES apresente sistematicamente aos Congressos vindouros relatórios acerca da efetivação das medidas acima apontadas.

3. Recomendam:

Que sejam alertados os governos sobre os graves inconvenientes para o ensino superior, de um modo geral,

e particularmente para o ensino de matérias relacionadas com a engenharia sanitária, decorrentes do afastamento das faculdades e universidades de grande número de professores, que procuram em outras atividades, remuneração mais condigna.

4. Recomendam:

A valorização da profissão de engenheiro sanitário através de prioridade no preenchimento dos novos cargos disponíveis, nos serviços oficiais da especialidade, por engenheiros portadores de diploma de curso de opção ou de pós-graduação.

5. Recomendam:

Que seja intensificada a realização de cursos de preparação e aperfeiçoamento de pessoal de nível médio, com ênfase em partes que correspondam às necessidades regionais.

6. Recomendam:

Que, embora as pesquisas devam ser realizadas pelas universidades ou órgãos a elas intimamente ligados, elas devam ser encorajadas em órgãos tais como os Departamentos de Água e Esgotos, a fim de despertar entre os seus técnicos o desejo pelo aperfeiçoamento e aplicação de conhecimentos.

7. Recomendam:

Que as Escolas de Engenharia colaborem com os cursos de preparação e aperfeiçoamento de pessoal de nível médio, mediante a cessão de sua capacidade física cíclica, através de convênios com os órgãos interessados na realização de tais cursos.

8. Recomendam:

Que se divulgue entre todas as universidades do país a iniciativa da criação do Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional da UFRJ.

Resoluções

O IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e o VIII Seminário de Professores aprovaram as seguintes resoluções:

1. Que a ABES solicite à FUNDEPAR o material preparado para a Campanha de Educação Sanitária e que, na seguida, gestione junto ao Ministério da Educação e às Secretarias Estaduais de Educação, no sentido de ser dada a mais ampla divulgação e utilização desse trabalho.

2. Que a ABES reúna informações amplas acerca de todos os cursos de preparação e aperfeiçoamento de pessoal de nível médio que se realizam no país, que os divulgue amplamente e que procure estabelecer diretrizes gerais no sentido de uma uniformização desses cursos, sem prejuízo das peculiaridades regionais.

3. O Seminário aprova a recomendação contida no final do trabalho "Pesquisa em Engenharia Sanitária", do Eng.º Miguel Zwi:

4. Quando numa mesma área houver vários cursos de Engenharia Civil, que as entidades que os ministram procurem, mediante convênios, realizar a unificação dos mesmos sob coordenação única.

5. Que, para o futuro, os Seminários se realizem em locais e ocasiões inteiramente distintos daqueles escolhidos para os Congressos; que o IX Seminário se realize em 1968, em Fortaleza, Ceará; que a ABES prepare uma regulamentação para os Seminários; que os Seminários se desenvolvam sob a supervisão e direção da ABES, devendo ser criada uma Comissão Permanente local, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após cada Seminário, para organização do subsequente.

O VIII Seminário de Professores de Engenharia Sanitária, tomando conhecimento do trabalho do Professor Antonio de Siqueira, "Vagas nas Universidades", reconhece o mesmo como uma valiosa contribuição à solução do problema.

IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA

1. Considerando que a Higiene do Trabalho e a Poluição do Ar são assuntos de grande interesse, devendo constituir temas dos próximos Congressos (e não simplesmente sub-temas do tema "Diversos");

Considerando que as espécies da Higiene do Trabalho, notadamente no âmbito industrial, estão exigindo um maior estudo por parte dos órgãos interessados;

Considerando que os assuntos referentes à higiene do trabalho e a poluição do ar são de alta relevância, recomenda:

Que nos próximos congressos ou simpósios de engenharia sanitária os assuntos de higiene do trabalho e poluição do ar venham a ser incluídos como temas específicos.

2. Considerando que o problema da poluição do ar vem se agravando, notadamente em regiões de maior desenvolvimento industrial;

Considerando que as medidas de prevenção produziram uma grande redução dos efeitos da poluição;

Considerando a experiência neste campo já adquirida em regiões como as do ABCM em São Paulo e as do Estado da Guanabara, recomenda:

Aos organismos federais, estaduais e municipais competentes, a implantação de medidas efetivas de combate à poluição do ar, principalmente nas cidades e regiões em desenvolvimento industrial.

3. Recomenda:

a) As autoridades municipais a intensificação de medidas necessárias para a melhoria dos serviços de limpeza urbana, notadamente nas cidades de mais de 10.000 habitantes, devendo os órgãos de saneamento, federais e estaduais, prestar a colaboração necessária;

b) As autoridades de crédito, providências no sentido de assegurar a aplicação de parte dos seus recursos no financiamento de obras e instalações de limpeza urbana;

c) As escolas de engenharia, de arquitetura e de urbanismo para que procurem dar maior ênfase ao assunto de limpeza urbana em seus currículos, e às entidades de pesquisas que intensifiquem as investigações relativas aos aspectos da limpeza urbana em geral, e do lixo em particular;

d) Que os cargos de chefia dos serviços de limpeza urbana sejam ocupados por técnicos no assunto;

e) Que nos próximos congressos conste como tema específico o assunto "Limpeza Urbana";

f) Que sejam enviados aos Prefeitos, Governadores dos Estados e aos órgãos do Governo Federal, num prazo máximo de 30 dias, todas as recomendações deste Congresso.

4. Recomenda:

Aos Governos Federal, Estaduais e Municipais e aos profissionais da engenharia, em geral, para que sejam realizados estudos e planos sem solução de continuidade, para enfrentar e solucionar o problema das "favelas".

5. Recomenda:

Que, por ocasião da realização dos trabalhos de determinação de consumo "per capita" sejam avaliados os padrões vida da população, segundo critérios objetivos e facilmente mensuráveis, tornando possível uma comparação de resultados. Estes critérios poderiam ser os recomendados pelo Comitê convocado em 1953 pelas Nações Unidas, a pedido do Conselho Econômico e Social, destacando-se principalmente os itens Consumo e economias gerais e vivenda.

6. No momento em que se estudam seriamente medidas de prevenção da cárie dentária e considerando tratar-

se de um assunto relevante da Saúde Pública, resolve recomendar:

a) Ao Governo Federal a criação de uma Comissão de Prevenção da Cárie Dentária que, abrangendo todos os métodos de prevenção, terá por finalidade estudar, recomendar e organizar métodos e programas de prevenção dentro da realidade nacional;

b) Ao Governo Federal que, para o bom funcionamento da Comissão proposta, lhe sejam destinados dotações orçamentárias específicas;

c) Que o Governo Federal, através de suas organizações de crédito e financiamento, incentive a produção industrial de compostos de Flúor, no território nacional;

d) Que os Governos Estaduais acompanhem a tramitação no Congresso Nacional dos projetos referentes à aplicação do flúor e em especial o de número 252/63.

7. Considerando que é premente a necessidade de serem planejados e coordenados os programas de obras executadas nos logradouros das cidades, não somente pelos órgãos do Poder Público, como ainda pelas Concessionárias de Serviços de Utilidade Pública, visando o conforto da população, a diminuição dos custos de obras, a padronização dos serviços e a facilidade dos eventuais reparos futuros;

Considerando que a constante abertura de valas nas vias públicas, pelas diversas entidades cujas atividades se relacionam com tubulações enterradas, implica em prejuízos e incômodos para os municípios;

Considerando a necessidade de orientar os entendimentos entre essas entidades; disciplinar de forma ordenada e consequente, o preparo, a execução e conservação de tais obras, de maneira a evitar interferências indesejáveis e propor as medidas julgadas oportunas para atingir tal objetivo;

Considerando a vantagem de ser organizado um cadastro das estruturas subterrâneas existentes nas vias públicas das cidades;

Considerando que cabe às Prefeituras Municipais zelar pelo bom uso das vias públicas, recomenda:

As Prefeituras Municipais e demais entidades responsáveis pelos serviços de utilidade pública das grandes cidades, a criação, em caráter permanente, de "Comissões de Coordenação Técnica de Obras em Vias Públicas Urbanas", com a finalidade de:

a) promover o entrosamento e a coordenação no tempo e no espaço dos programas de obras de todas as entidades que operam nas vias públicas urbanas tanto na fase de anteprojeto, como na execução, tendo em vista a eliminação das interferências;

b) elaborar um cadastro completo de todas as instalações de serviço público existentes no subsolo, bem como das propostas de futuras extensões, relocalizações e ampliações das instalações existentes;

c) disciplinar a localização das faixas destinadas às atividades, para futuro assentamento de suas tubulações, de modo a causar a menor interferência com as demais entidades.

8. Considerando que, no discurso do Exmo. Sr. Ministro do Interior, lido pelo Exmo. Sr. Diretor-Geral do DNOS, na sessão de instalação do IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, bem como na palestra proferida por este último na primeira Mesa-redonda do referido Congresso, foi preconizada a "nova política de saneamento" no Brasil, consubstanciada na modalidade de financiamento por empréstimo.

Considerando que tal política está sendo considerada pelas referidas autoridades, com o apoio integral dos participantes do IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, como

única capaz de cumprir os compromissos da Carta de Punta Del Este, bem como de solucionar, em tempo hábil, o problema do saneamento básico no Brasil;

Considerando que, pelas palavras do Exmo. Sr. Ministro do Interior, bem como as autoridades do DNOS, a continuação da política nacionalista e assistencialista constitui um desserviço ao País.

Considerando que, pelas palestras proferidas pelo Exmo. Sr. Diretor-Geral do DNOS, o sistema paternalista só deve persistir para pequenas localidades que não tenham condições financeiras de ressarcimento dos empréstimos, verificadas por estudos de viabilidade econômica, bem como para aquelas onde o superior interesse da saúde pública imponha a necessidade de emprego de verbas a fundo perdido;

Considerando que, iniciada esta política de financiamento, não temido o DNOS disponibilidade de recursos para constituição de fundos capazes de atender às solicitações e necessidades das municipalidades brasileiras, face à consignação de verbas federais e específicas para determinados municípios;

Considerando que, pelas disposições constitucionais e legais em vigor, não é permitido o destaque de verbas na aprovação dos orçamentos públicos, pelo Poder Legislativo,

Recomenda:

1. Que o DNOS envie todos os esforços junto às autoridades competentes, no sentido de que as verbas a serem consignadas nos orçamentos da União, para obras da água e esgotos, a partir de 1968, o sejam pelo valor global.

2. Que, do referido valor global, o DNOS destine o mínimo de 90% para constituição de fundos de financiamento para obras de saneamento básico.

3. Considerando que a técnica de fluoretação das águas de abastecimento já foi devidamente experimentada e comprovada durante mais de vinte anos, tendo demonstrado segurança e resultados incontestáveis;

Considerando que a fluoretação da água tem sido reconhecida e recomendada pelos Congressos e Seminários de Engenharia Sanitária, pelas Sociedades de Medicina e pelas Associações Odontológicas;

Considerando que a literatura técnica além de refutar cabalmente todas as objeções levantadas contra a fluoretação, demonstra o grande alcance dessa medida em favor da saúde e do bem-estar das populações;

Considerando que nos vários países das Américas, inclusive no Brasil, já se constatou que a fluoretação reduz cerca de 60% da cárie dental em condições econômicas vantajosas;

Considerando que foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto Nº 252-63, que dispõe sobre a fluoretação das águas destinadas ao consumo público;

Considerando que a principal dificuldade encontrada quanto à prática da fluoretação das águas é a não existência no mercado de compostos de flúor de procedência nacional, usando-se produtos importados;

Recomenda:

a) que as autoridades do país estabeleçam programas de fluoretação das águas e os coloque em prática;

b) que o Governo da União, através das organizações de crédito nacional, apoie as iniciativas industriais destinadas à produção de compostos de flúor para a fluoretação das águas.

VOTOS

O IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária aprovou os seguintes votos:

1. De Pesar pelo recente falecimento do Ex-Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que tanto se empenhou pela Nação.

2. De Louvor:

a) à Companhia Estadual de Águas da Guanabara — CEDAG, pela excelente contribuição técnica dada ao IV Congresso;

b) à FUNDEPAR, pelo magnífico trabalho "Campanha de Educação Sanitária Junto aos Estudantes do Estado do Paraná";

c) à FENSP, pela iniciativa de realização de cursos de mestrado em saúde pública, gerência de serviços de engenharia sanitária e de outros de grande utilidade para o saneamento básico;

d) à Prefeitura do Distrito Federal pelo apoio que vem dando à iniciativa do LAB e de seu Engenheiro-Chefe, Lucio Gomide Loures, de criar em Brasília o "Centro de Pesquisas Sanitárias";

e) aos trabalhos apresentados pelos participantes de Minas Gerais, especialmente ao Professor Lincoln Condecentino, pelo seu idealismo a causa do saneamento.

f) Aos autores dos seguintes trabalhos:

"Ligação da Adutora do Grande com o Reservatório de Engenho Novo", de autoria da Engenharia Thelma Roçagai S. Henrique;

"Estação de Tratamento do Guanadú", orientado pelo Engenheiro Flávio Nassim Melien;

"Analogia Hidráulica e Elétrica no Projeto das Redes Malhadas de distribuição de água potável", do Engenheiro Enio Evangelista Triunfo;

"Anteprojeto de Norma Brasileira para Projetos de Estações de Tratamento de Água para Abastecimento Público", elaborado pelo Prof. J. M. de Azevedo Netto.

3. De Agradecimento, pelo apoio dado à realização do VIII Seminário a CEPAS e ao seu Diretor-Executivo, Professor Mario Werneck de Alencar Lima à Universidade de Brasília, ao seu Reitor, Professor Laerte Ramos de Carvalho; à Prefeitura do Distrito Federal e ao Prefeito Engenheiro Wadjo de Costa Gomide; à Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília e ao seu Coordenador, Professor Aderson Moreira da Rocha.

4. Votos de Congratulações ao Engenheiro Manoel Henrique Barbosa, pela sua nomeação para Diretor da Escola de Engenharia da Universidade do Ceará.

MOÇÕES

O IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária aprovou as seguintes moções:

1. Moção de aplauso à Engenharia do Exército Brasileiro, pelas atividades que vem exercendo no setor de engenharia sanitária, através de suas obras no interior do país, principalmente as que estão sendo realizadas nas Colônias Militares da Amazônia, onde os problemas de saneamento básico são previamente focalizados em conjunto com a urbanização, assegurando, assim, a evolução e o progresso dos núcleos populacionais existentes junto às Colônias Militares.

2. Considerando que no mês em curso a Fundação Especial de Saúde Pública completou 25 anos de contínuo e profícuo trabalho em todo o território nacional;

Considerando, ainda, a importância dessa atividade e a magnitude das realizações dela decorrentes, em benefício da população brasileira, o IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária.

Aprova: Moção de reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos pela Fundação Especial de Saúde Pública e nota de congratulações pela passagem do 25º aniversário do referido órgão.

3. Moção de aplauso ao Exmo. Senhor Cel. Walter Perachi Barcellos — Governador do Estado do Rio Grande do Sul, que prestigiou o Congresso com sua honrosa presença.

RESOLUÇÕES

O IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, resolve:

a) A supervisão e a direção superior de todos os Congressos deverão caber à ABES, a qual deverá assegurar o máximo apoio, em âmbito nacional, mediante divulgação ampla, contatos com entidades oficiais e particulares ligadas à Engenharia Sanitária;

b) A ABES caberá elaborar a regulamentação geral a ser obedecida nos Congressos;

c) Será condição "sine qua non" para que uma cidade seja sede do Congresso, que se ache na jurisdição de uma Seção Regional ou Estadual

da ABES, devendo ser, de preferência, a própria cidade sede da Seção;

d) No prazo máximo de 30 dias após escolhida a sede do Congresso subsequente, deverá ser instituída uma Comissão presidida pelo representante da Seção Estadual ou Regional, correspondente e integrada por representantes dos Departamentos de Saneamento, de Água e Esgotos, ou semelhantes, das Universidades locais e de outros órgãos, oficiais ou não, ligados à Engenharia Sanitária e cujo apoio seja de importância para o êxito do Congresso. Tal Comissão não poderá ter solução de continuidade em seu funcionamento, até a realização do Congresso seguinte, mesmo que sejam eventualmente substituídos um ou mais membros da Comissão;

e) Deverão ser assumidos, pelos pretendentes à realização do Congresso seguinte, compromissos imediatos quanto à garantia de todos os recursos necessários à plena realização do Congresso, incluindo suporte financeiro, disponibilidade ampla de acomodação, transportes necessários, instalações adequadas para as reuniões, inclusive facilidade de microfones, gravação, taquigrafia, dactilografia, cópia e reproduções de diversos tipos, sistema de impressão e divulgação adequada, etc. Deverá ser, outrossim, assumido o prévio e inalienável compromisso de publicação dos ANAIS dentro do prazo máximo de seis meses após concluído o respectivo Congresso, com a apresentação plenamente satisfatória;

f) A Comissão local deverá, no prazo máximo de 30 dias, remeter à Diretoria Nacional da ABES um projeto de Termário. Após analisar o projeto recebido, aprovando-o ou modificando-o, será dada ampla divulgação do mesmo a todos os órgãos interessados do país, e a todos os associados da ABES, a fim de receber sugestões, pelo prazo máximo total de 60 dias. Será então, no prazo máximo de 30 dias, elaborado o Termário definitivo, também amplamente divulgado em todo o país.

2. Que o V Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária se realize na cidade do Recife, Pernambuco, no segundo semestre de 1968.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, DEFERIU OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

de SALARIO-FAMILIA, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	CARGO	DEPENDENTE	GRAU DE PARENTESCO	INICIO
DP- 716/67	Macedônio Alcântara	Motorista PL-10	Ivonete dos Santos Alcântara	Espôsa	Julho de 1967

de AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req	SERVIDOR	CARGO	REPARTIÇÃO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP- 681/67	Antônio Soares	Motorista PL-10	Exército	323	Todos efeitos legais
DP- 697/67	Lis Henriques Fernandes	Of. Leg. PL- 6	Exército	317	Todos efeitos legais
DP- 694/67	Newton da Silva Marques	Motorista PL- 9	Exército	365	Todos efeitos legais
DP- 689/67	Hélio de Passos	Aux. Sec. PL-11	Exército	290	Todos efeitos legais
DP- 704/67	Frederico da Gama Cabral Filho	Aux. Leg. PL-10	Prefeitura do DF	301	Exceto licença especial
DP-1.054/65	Pedro Silva Britto	Motorista PL- 9	D. N. E. Ru.	908	Sómente para efeito de aposentadoria — art. 15, § 2º — Lei 1.765-52 e art. 6º — Dec. 39.017, de 1956.

de LICENÇAS, na forma dos artigos 160, itens 18, 35 e 37, e 270, nº I, da Resolução nº 6 de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP- 729/67	Renato Quintino de Oliveira	Aux. Sec. PL-11	30-8 a 8-9-67	10	Tratamento de saúde
DP- 605/67	Yara Silva de Medeiros	Of. Leg. PL- 6	1 a 30-8-67	30	Tratamento de saúde
DP- 700/67	Maria Fé e Silva Stival	Telefonista PL-14	14 a 31-8-67	18	Tratamento de saúde
DP- 711/67	Hélio de Passos	Aux. Sec. PL-11		1	Não — Art. 158

DIVERSOS, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	CARGO	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
DP- 707/67	José Gervásio Torres Parente	Aux. Sec. PL-11	Férias — exerc. 1966	De 28-8 a 26-9-67
DP- 725/67	José Carlos Alves dos Santos	Aux. Leg. PL-10	Abono dias 24 e 25 de agosto de 1967	Provas na Universidade
DP- S/N-67	Waldemar André Pinto	Servente PL-14	2º via Carteira Func.	
DP- 569/67	Gilberto Fernandes Alves	Of. Leg. PL- 6	Abono dos dias 18 e 20 de novembro de 1958, e 30-12-58	De acordo com o art. 1º, letra c do Decreto Legislativo nº 18, de 1961

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SENADO FEDERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, DEFERIU OS SEGUINTES REQUERIMENTOS de SALARIO-FAMILIA, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	CARGO	DEPARTAMENTO	GRAU DE PARENTESCO	INICIO
DP- 732/67	João Alves da Silva	Vigia PL-14	Carte e Passes	Filhos	Março de 1967
DP- 735/67	José da Silva	Aux. Limpeza PL-12	Impulso	Filho	Março de 1967
DP- 731-67	Aleixo Ramirez Gonzalez	Aux. Portaria PL-10	Liz Maria	Filha adotiva	Agosto de 1967
DP- 712/67	Hélio de Passos	Aux. Sec PL-11	Anna Cristina	Filha	Agosto de 1967

de AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	CARGO	REPARTIÇÃO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP- 521/67	José Albuquerque	Motorista PL-10	C.M.T.C. - SP	2.106	Exceto licença especial
DP- 669/67	Fauly Frassinette Lopes	Aux. Leg. PL-10	IBRA	809	Diarista
				3.175	Mensalista, ambos para todos efeitos legais
DP- 703/67	Ferrando Giuberti Nogueira	O. Pesq. Legislativa PL-4	I.B.C.	1.155	Todos efeitos legais
DP- 718/67	Constantino Montes Reis	Aux. Limp. PL-15	Exército	354	Todos efeitos legais
DP- 687/67	Márcia Toledo do Amaral	Aux. Leg. PL-10	M.V.O.P.	1.596	Todos efeitos legais
DP- 449/67	José Leão Ferreira	Motorista PL-10	D.E.R. - RN	814	Diarista
				732	Mensalista, ambos para todos efeitos legais

de LICENÇAS, na forma dos artigos 160, itens 18, 35 e 37, e 270, nº I, da Resolução nº 6 de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	CARGO	PERIODO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP- 727/67	Adalberto José Carneiro	Aux. Limp. PL-14	28-8 a 10-9-67	14	Tratamento de saúde
DP- 728/67	Cláudio Antônio de Almeida	Aux. Sec. PL-11	28-8 a 5-9-67	9	Tratamento de saúde
DP- 713/67	Helena Brown Hadjinicolaou e Maria Ignez Brown	Oficial Legislativa PL-6	23-8 a 1-9-67	8	Nojo - «Art. 158»

DIVERSOS, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	SERVIDOR	CARGO	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
DP- 742-67	Helena Ruth Laranja F. Rigolon	Of. Leg. PL-6	Elogios	Anotar na pasta de assentamentos
DP- 743/67	Manoel Virissimo Ramos	Of. Leg. PL-6	Férias - exerc. 1965	De 4-9 a 3-10-67
DP- 719/67	Henrique Siqueira Fillmann	Aux. Leg. PL-10	Abono do dia 21-8-67	Provas na Universidade
DP- 730/67	Humberto Haydt de Souza Mello	Orientador de Pes. Leg. PL-4	Abono do dia 28-8-67	Provas na Universidade

Diretoria do Pessoal, em 5 de setembro de 1967. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal. Publique-se, em 5 de setembro de 1967. — Evandro Mendes Vianna.

PREÇO DESTA NÚMERO: NCr\$ 0,01